

RELATÓRIO FINAL



4ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
**JUVEN
TUDES**
REVALIDAÇÃO



1. INTRODUÇÃO.....	03
1.1 Tema da Conferência.....	04
1.2 Comissão Organizadora Municipal.....	05
1.3 Voluntários.....	06
1.4 Inscritas(os) e Eixos de Discussão.....	07
2. DESCRITIVO DA PROGRAMAÇÃO.....	08
2.1 23 de setembro de 2023.....	09
2.1.1 Credenciamento de Participantes.....	09
2.1.2 Solenidade de Abertura	09
2.1.3 Apresentação de Metodologia	10
2.1.4 Grupos de Trabalho.....	10
2.1.5 Inscrição das Candidaturas de Delegados.....	12
2.2 24 de setembro de 2023.....	13
2.2.1 Credenciamento dos Participantes.....	13
2.2.2 Votação de Propostas e Delegados.....	13
2.2.3 Apuração.....	14
2.2.4 Divulgação de propostas e delegadas(os).....	15
2.2.5 Encerramento do dia.....	15
3. RESULTADOS OFICIAIS.....	15
3.1 Grupos de Trabalho.....	15
3.2 Lista de Votação - Eleição das(os) Delegadas(os).....	20
3.3 Moções Registradas.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
ANEXO I	23
ANEXO II	43
ANEXO III	65
ANEXO IV	72

1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) estipula, nas competências do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, a realização das Conferências de Juventude no âmbito nacional, estadual e municipal. Sendo estas convocadas e realizadas pelo governo em conjunto com o Conselho de Juventude da respectiva esfera.

O Presidente da República, através do Decreto nº 11.619 de 25 de julho de 2023, convocou a 4ª Conferência Nacional da Juventude, com o tema “Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver”. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania conjuntamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Juventude, no uso das suas atribuições legais, previstas nas Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013 e Lei Municipal nº 16.120, de 14 de janeiro de 2015, convocaram a Revalidação do Relatório Final da 4ª Conferência Municipal de Juventude realizada em 2019, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de vivenciar a juventude, bem como fortalecendo o combate a todas as formas de preconceito.

Com isso, ficou estipulado a elaboração do Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional de Juventude, a ser publicado, de modo a auxiliar na construção e execução da Revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo.

As Conferências são momentos de escuta ativa, debate e proposições a serem traçadas como diretrizes para as políticas, planos e programas municipais, estaduais e nacional para a juventude.

A prefeitura de São Paulo, através da Coordenação de Políticas para a Juventude (CPJ), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Juventude (CMDJ), convocou a revalidação da 4ª Conferência Municipal da Juventude de São Paulo, reafirmando o compromisso institucional e da sociedade civil na melhoria das políticas públicas para a juventude, na defesa dos Direitos Humanos e na identificação das diretrizes necessárias para a realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na cidade de São Paulo.

O objetivo principal da revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo foi entender as diversas representações da juventude da cidade, com a finalidade de que suas reivindicações e anseios se tornem caminhos para uma política pública de juventude efetiva e representativa, e condizentes com os dias atuais, contextualizados com o cenário atual da nossa cidade, estado e país.

A convocação da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo, assim como a aprovação do Regimento Interno (Anexo I) e efetivação da Comissão Organizadora Municipal, foi estabelecida nas reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude com ampla discussão e divulgação em canais oficiais.

1.1 Tema da Conferência

O tema abordado na 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo foi **"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"**. O Texto Base, apresentado no Anexo II, serviu como guia para todas as discussões e propostas durante o evento, estabelecendo conexões entre os artigos do Estatuto da Juventude e o tema da 4ª Conferência Nacional de Juventude. Foi organizado um total de **7 grupos de trabalho**, cada um deles abordando um conjunto específico dos 12 eixos do Estatuto da Juventude. A seguir, estão listados os grupos de trabalho juntamente com os eixos com os quais eles estavam relacionados:

Grupo de Trabalho A

Eixo I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
Eixo XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Grupo de Trabalho B

Eixo II - Direito à Educação;
Eixo VI - Direito à Cultura.

Grupo de Trabalho C

Eixo III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda.

Grupo de Trabalho D

Eixo IV - Direito à Diversidade e à Igualdade;

Eixo VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão.

Grupo de Trabalho E

Eixo V - Direito à Saúde;

Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer.

Grupo de Trabalho F

Eixo IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;

Eixo X - Direito ao Território e à Mobilidade.

Grupo de Trabalho G

Eixo XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

1.2 Comissão Organizadora Municipal

A Comissão Organizadora Municipal foi responsável pela organização, elaboração e realização da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo. Respeitando o disposto no Regimento Interno, o evento foi efetivado por representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, conforme disposto abaixo:

Coordenador Geral

Ramirez Augusto Lopes Tosta

Coordenador de Políticas para Juventude

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

Subcoordenadora de Metodologia

Vitória Borges

Assessora Técnica da Coordenação de Políticas para Juventude

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

Responsável pelos Grupos de Trabalho

Mylenna Lírio

Conselho Municipal dos Direitos da Juventude de São Paulo

Centro de Cursos de Capacitação da Juventude

Responsável pelos Relatores e Facilitadores

Bárbara Vicente

Diretora do Departamento de Participação Social

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

Subcoordenadora de Eleição

Edoarda Loureiro

Assessora Técnica da Coordenação de Políticas para Juventude

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

Responsável pela Eleição dos Delegados

Stephanie Felício

Conselho Municipal dos Direitos da Juventude de São Paulo

Uneafro Brasil

Responsável pela Priorização

Eduarda Carolina Vaz

Conselho Municipal dos Direitos da Juventude de São Paulo

Frente de Luta Por Moradia

1.3 Voluntários

As(Os) voluntárias(os) ampliaram o corpo técnico do evento, possibilitando assim o trabalho em diversas frentes, como nos Grupos de Trabalho e no apoio a demandas

específicas.

A inscrição de voluntários foi realizada através de escolha no link da pré-inscrição da 4ª Conferência Municipal de Juventude (Anexo III), de 6 de setembro a 20 de setembro de 2023, com a divulgação realizada pelos canais oficiais da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, além do contato com organizações parceiras.

A seguir o nome das(os) voluntárias(os) que atuaram na Revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo:

Anderson Gonçalves

Facilitador Grupo de Trabalho - A

Thaina Pedro

Facilitador Grupo de Trabalho - B

Monique Alves

Facilitador Grupo de Trabalho - C

Bruno Nascimento

Facilitador Grupo de Trabalho - D

Lucas Basso

Facilitador Grupo de Trabalho - E

Edwin Andrey

Facilitador Grupo de Trabalho - F

Elissandra Patricia Melo

Facilitador Grupo de Trabalho - G

1.4 Inscritas(os) e Eixos de Discussão

A 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo recebeu 172 inscrições! As inscrições aconteceram de 6 de setembro a 20 de setembro de 2023 e foram realizadas através de formulário online (Anexo V). Segue abaixo um compilado das informações das(os) inscritos no evento.

Inscrições	172 inscritas(os)	
Identificação	45,3% Mulher (78)	
	44,7% Homem (77)	
	4,6% Não Binário (8)	
Pessoa com Deficiência	4% Sim (7)	
Inscrições por Grupos de Trabalho	Grupo de Trabalho - A	44
	Grupo de Trabalho - B	48
	Grupo de Trabalho - C	18
	Grupo de Trabalho - D	25
	Grupo de Trabalho - E	11
	Grupo de Trabalho - F	12
	Grupo de Trabalho - G	14

2. DESCRITIVO DA PROGRAMAÇÃO

A 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo aconteceu nos dias 23 e 24 de setembro de 2023. No dia 23 de setembro houve a Abertura da Conferência no CEU Vila Alpina - Rua João Pedro Lecór, 144 - Vila Alpina, São Paulo - SP, 03227-190; Abaixo segue o detalhamento da metodologia da programação, conforme regimento da 4ª Conferência

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação

"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

Municipal de Juventude de São Paulo.

2.1 23 de setembro de 2023

PRIMEIRO DIA	
Hora	Etapas
8:30	2.1.1 Credenciamento e Coffee
9:30	2.1.2 Solenidade de abertura e apresentação da metodologia
10:00	2.1.3 Grupos de Trabalho
12:30	2.1.4 Pausa - Coffee
14:00	2.1.5 Inscrição de Delegados
14:30	2.1.6 Grupos de Trabalho
16:30	2.1.7 Encerramento

2.1.1 Credenciamento

O primeiro dia iniciou com um coffee servido para todos os participantes presentes, um momento de descontração e troca de ideias, e com o credenciamento dos pré-inscritos na 4ª Conferência Municipal de Juventude. Conforme regimento, o credenciamento foi habilitado somente para quem realizou a pré-inscrição.

2.1.2 Solenidade de Abertura

A solenidade de abertura contou com a participação de autoridades tanto locais quanto da esfera nacional. O momento marcou o início da revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo, com o discurso das seguintes personalidades:

Soninha Francine

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

Ramirez Augusto Lopes Tosta

Coordenador de Políticas para Juventude de São Paulo

Lucas Pretti

Representante da Secretaria Nacional de Juventude

Coordenador de Projetos

Mylenna Lírio

Conselho Municipal dos Direitos da Juventude de São Paulo

Centro de Cursos de Capacitação da Juventude

Stephanie Felício

Conselho Municipal dos Direitos da Juventude de São Paulo

Uneafro Brasil

2.1.3 Apresentação da Metodologia

O Coordenador de Políticas para a Juventude da cidade de São Paulo, Ramirez Lopes, apresentou a Conferência, seus objetivos e a programação dos dias, destacando a importância das discussões nos Grupos de Trabalho. Através de uma rápida exposição, discorreu sobre a priorização de propostas e a eleição de delegados.

2.1.4 Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho foram os momentos da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo com maior intensidade de discussão. As(Os) participantes debateram o Eixo Temático escolhido, elaborando diretrizes e princípios norteadores para as políticas públicas de juventude na cidade.

Grupo de Trabalho A

Eixos: I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil.

Local: Sala Contraturno 1

Grupo de Trabalho B

Eixos: II - Direito à Educação; VI - Direito à Cultura.

Local: Sala Contraturno 2

Grupo de Trabalho C

Eixos: III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda.

Local: Sala Contraturno 3

Grupo de Trabalho D

Eixos: IV - Direito à Diversidade e à Igualdade; VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão.

Local: Sala de Jogos

Grupo de Trabalho E

Eixos: V - Direito à Saúde; VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer.

Local: Sala de Esportes

Grupo de Trabalho F

Eixos: IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; X - Direito ao Território e à Mobilidade.

Local: Sala Contraturno 5

Grupo de Trabalho G

Eixos: XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

Local: Sala de Apoio

Os Grupos de Trabalho sucederam-se por 4h30min (conforme destacado na programação), em dois momentos: as conversas iniciais e a finalização. O detalhamento da organização encontra-se abaixo:

Conversas Iniciais (10h - 12h30): duas horas e meia de discussão onde as(os) participantes de cada Grupo de Trabalho foram provocadas pelo facilitador a indicar quais eram os desafios da cidade de São Paulo dentro do tema proposto.

i) Apresentação do Facilitador, do Relator e da Turma: momento de apresentação da(o) facilitadora(or), relatora(or) e participantes, com duração média de 15 minutos.

ii) Apresentação das Propostas: contextualização dos Eixos do Grupo de Trabalho. A duração média foi de 30 minutos.

iii) Discussões Iniciais: Esse foi o momento de construção coletiva, no qual os participantes compartilharam seus conhecimentos, levantaram questionamentos e promoveram debates em torno das propostas apresentadas. Em média, essa fase durou 1h40min.

Finalização (14h30-16h30): Na etapa final dos Grupos de Trabalho, os participantes discutiram individualmente cada proposta, possibilitando a sugestão de modificações, exclusões e até mesmo a criação de novas propostas, conforme necessário. A fase de finalização acabou às 16h30, horário previsto no regimento interno.

Todas as 12 propostas/diretrizes elaboradas em cada um dos 7 Grupos de Trabalho foram publicizadas no mesmo dia, assim, as(os) participantes puderam conhecer todas as propostas/diretrizes para a votação final.

2.1.5 Inscrição das Candidaturas de Delegados

Os participantes designam aos delegados da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo a responsabilidade de representá-los na Conferência Estadual de Juventude. Toda(o) participante, desde que estivesse dentro da faixa etária de 15 a 29 anos, e residente na cidade de São Paulo, pôde se candidatar como delegada(o) independentemente de já

serem ou não lideranças reconhecidas na área. Para tanto, a(o) participante realizou sua inscrição de candidatura, preenchendo o respectivo formulário, no local indicado pela Comissão Organizadora Municipal, e apresentando documento original com foto e comprovante de residência.

2.2 24 de setembro de 2023

SEGUNDO DIA	
8:30	2.2.1. Credenciamento
9:30	2.2.2 Votação de Propostas e Delegados
10:30	2.2.3 Apuração
11:00	2.2.4 Divulgação propostas priorizadas e delegadas(os) eleitas(os)
12:30	2.2.5 Encerramento

2.2.1 Credenciamento das(os) Participantes

O segundo dia da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo começou com o processo de credenciamento no CEU Vila Alpina. As(os) participantes foram recebidos com a oportunidade de assinar a lista de credenciamento e desfrutar de um café disponível especialmente para eles. Neste momento, os candidatos a Delegados tiveram a oportunidade de apresentar suas candidaturas de forma pública aos demais participantes.

Em razão do atraso dos participantes ao CEU Vila Alpina, a Comissão Organizadora Municipal tomou a decisão de estender o prazo de credenciamento até às 10h e efetuar modificações no cronograma do segundo dia da Conferência.

2.2.2 Votação de Propostas e Delegados

A votação das propostas/diretrizes dos Grupos de Trabalho iniciou às 10h15, em

espaço destinado somente para esta ação, e permitiu que os participantes escolhessem através do voto, de 1 (uma) a 3 (três) propostas/diretrizes de cada um dos Eixos de Discussão, conforme cédula padronizada no Regimento Interno em anexo. A votação encerrou às 11h30.

As propostas/diretrizes elaboradas pelos Grupos de Trabalho da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo foram disponibilizadas aos participantes, para que pudessem conhecê-las e votar com propriedade.

Após um diálogo construtivo entre a Comissão Organizadora Municipal e os representantes dos movimentos presentes, chegou-se a um consenso de que o número de delegados representando a sociedade civil seria de 17, enquanto o setor público teria 5 representantes, em comum acordo.

A Eleição das(os) Delegadas(os) para a Etapa Estadual iniciou às 10h15, em espaço destinado somente para esta ação, com cédula de votação padronizada, conforme Regimento Interno em anexo. A votação encerrou às 11h30.

Os membros da Comissão Organizadora Municipal prosseguiram com todos os procedimentos de votação de acordo com o regimento interno estabelecido. Isso garantiu a transparência e o cumprimento adequado das etapas do processo eleitoral.

2.2.3 Apuração

Encerrado o período de votação, todas(os) as(os) representantes da Comissão Organizadora Municipal se reuniram para contabilização dos votos. Os votos foram dispostos em duas urnas lacradas e padronizadas.

A abertura das urnas foi realizada por representantes da Comissão Organizadora

Municipal, dando-se início a apuração.

2.2.4 Divulgação de Propostas e Delegadas(os)

O Coordenador Geral da Comissão Organizadora Municipal abriu a Plenária Final da Eleição das(os) Delegadas(os), às 12h30, pontuando as candidaturas e o número de votos que a(o) candidata(o) recebeu. Devido à observância do princípio de paridade de gênero e racial estipulado no regimento interno, algumas pessoas com menos votos foram eleitas.

A computação de votos de propostas foi finalizada às 14h pelos membros da Comissão Organizadora Municipal. As diretrizes foram votadas de acordo com os eixos previamente discutidos. Como não havia público presente no local, as propostas foram publicizadas de forma digital.

2.2.5 Encerramento do dia

Após apuração e divulgação de Delegados eleitos e das Propostas mais votadas, o Coordenador Geral e toda a Comissão Organizadora Municipal declarou o fim da Revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo.

3. RESULTADOS OFICIAIS

A seguir estão dispostos os principais resultados da 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo: as 3 propostas/diretrizes eleitas em cada um dos Eixos de Discussão na etapa de Priorização, a classificação final da votação da Eleição das(os) Delegadas(os) e as moções registradas.

As demais propostas constam na folha de Relatoria dos Grupos de Trabalho no Anexo IV. A redação das propostas, nestes documentos, não sofreu correção ou alteração.

3.1 Grupos de Trabalho

Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil

1. Criação de secretaria de políticas públicas para juventude com orçamento próprio com foco na implementação do plano municipal das juventudes.
2. Fortalecimento de entidades de representação estudantil, associação de pais e mestres, conselhos escolares, para promover a participação social, envolvimento da comunidade local na gestão educacional e nos projetos e programas, com liberdade de expressão garantida na legislação.
3. Promover a representatividade de juventudes, através da Coordenação de Políticas para a Juventude (ou órgão que venha a substituir), onde os jovens lotados nas subprefeituras da cidade de São Paulo assumirão o papel de articulador territorial, levando demandas da base para o Poder público e atuando como fomentadores de políticas públicas voltadas para as juventudes.

Eixo II - Direito à Educação

1. Sistematização da oferta de atividades de extensão desempenhadas por estudantes do ensino superior em geral para prestação de serviços de assistência e apoio relacionados às respectivas áreas do conhecimento por um programa institucional da Prefeitura, sob a forma de bolsa estágio e/ou compensação por horas complementares.
2. Garantia dos recursos humanos e instrumentos materiais e imateriais para a efetivação do Decreto Nº 57.379, de 13 de Outubro de 2016 que institui a política paulistana de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.
3. Retomada de programas de acesso e permanência em cursinhos populares e criação de um programa municipal de acesso a universidades privadas por meio de bolsas parciais e integrais a partir de ações afirmativas para estudantes de escolaridade pública, baixa renda, trans, PCDs e PPI, como sua permanência por meio da garantia do passe-livre e outros auxílios que visem o direito à permanência estudantil.

Eixo III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

1. Redução da carga horária máxima para jovens, estagiários e trabalhadores sem a redução do salário, conciliando as férias do jovem trabalhador junto às férias escolares. “Quando for o caso, do jovem ser estudante ou quando for responsável legal de crianças e adolescentes”.
2. Alterar a legislação de cotas para que se tenha uma maior proporção de PCDs em relação a quantidade de trabalhadores.
3. Regularização dos aplicativos para que atendam a critérios da CLT.

Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade

1. Estabelecer uma comissão encarregada de promover, avaliar e disseminar materiais educativos focados na sensibilização em relação às questões LGBTQIA+, equidade de gênero e diversidade étnico-racial, bem como na luta contra outras formas de repressão. Esta comissão buscará utilizar materiais educativos em diversos formatos de mídia e estabelecer parcerias com coletivos e organizações existentes que defendem as causas mencionadas.
2. Incentivar o financiamento de programas de formação e capacitação em ciência e tecnologia para mulheres, pessoas trans, pessoas racializadas e moradoras de áreas periféricas.
3. Ampliar o programa Transcidadania para o âmbito federal, visando melhorar as condições de vida e oportunidades de emprego para pessoas trans e não binárias em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Eixo V - Direito à Saúde

1. Criação de Centros de Apoio Integral à Saúde das Juventudes, abertos em horários acessíveis para jovens trabalhadores, com equipes multidisciplinares. Deverá oferecer: apoio psicológico; realizar atividades de educação em saúde para prevenção de ISTs e gravidez não planejada; e prevenção e acolhimento de vítimas de violência sexual juvenil.
2. Implementação no município da lei 542/2017 bom prato estudantil.
3. Fortalecer a política de redução de danos e tratar do tema de políticas

anti-proibicionistas como saúde pública ao invés de segurança pública.

Eixo VI - Direito à Cultura

1. Fomentar e ampliar aparelhos multifuncionais de cultura e educação que visem garantias de complementações e continuações, a fim de assegurar o desenvolvimento pleno das pessoas sujeitas, em sua formação cidadã e de valores.
2. Fomentar calendário que incentive a integração das juventudes com equipamentos de cultura como as casas de cultura, órgãos públicos municipais, projetos comunitários locais e produção cultural nas escolas da rede municipal com participação e condução das juventudes.
3. Fomentar a descentralização dos equipamentos culturais e viabilizar a valoração e a territorialidade dos quais são inseridos, garantindo o fomento público e gratuito. Ampliar e garantir a democratização do acesso à cultura para as juventudes.

Eixo VII - Comunicação e Liberdade de Expressão

1. Acesso a recursos a fim de estabelecer centros de incentivo à participação nas áreas de ciência e tecnologia, fomentando a inclusão digital e participação online.
2. Promover a criação de um projeto destinado à produção de conteúdo audiovisual nas comunidades periféricas, com o objetivo de promover a inclusão digital.

Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer.

1. Parcerias e convênios com times profissionais para a realização de práticas de modalidades esportivas nas escolas da rede municipal aos finais de semana.
2. Implementação do Programa Academias de Saúde.
3. Ampliação das Casas de Cultura por todo o Município de São Paulo e aumento de vagas nas atividades culturais oferecidas.

Eixo IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

1. A produção provinda da agricultura familiar local, bem como, das hortas urbanas e Peri urbanas, sejam utilizadas na garantia a uma merenda nutritiva de qualidade, de

acesso irrestrito e gratuito para as instituições públicas que oferecem o serviço, sobretudo infância e juventude.

2. Priorizar iniciativas de juventude junto às Cooperativas de Catadores, capacitando sua regularização junto aos órgãos municipais, ampliando a oferta de subsídios públicos e promovendo o aumento anual em, no mínimo, 10% dos resíduos sólidos coletados na cidade de São Paulo, até que se alcance o índice de 100% de reciclagem.

3. fortalecer e valorizar a economia, cultura, memória e identidade periurbana, não apenas por que esses territórios são aqueles proporcionalmente com mais jovens da cidade, mas também porque a permanência do seu modo de vida tem importância substancial para a preservação ambiental, a produção de alimentos orgânicos e a contenção da expansão horizontal da mancha urbana.

Eixo X - Direito ao Território e à Mobilidade

1. Incluir na legislação cotas ilimitadas para o passe livre estudantil, conforme Artigo 11 do Estatuto da Juventude, possibilitando o acesso à educação, dentro e fora da escola, inclusive nos cursinhos populares, ocupando os espaços públicos da cidade e tendo acesso à cultura e à cidadania, sendo reconhecidas as modalidades de ensino diversas.

2. Diminuir os impactos negativos da espoliação urbana e das longas jornadas do transporte público da juventude periférica, seja construindo habitação de interesse social em área de urbanização consolidadas, seja na descentralização econômica e criação de postos de emprego nas periferias e seja na providência de habitação estudantil próximo a universidades e instituições de ensino.

3. Expandir as Universidades Públicas para territórios periféricos a fim de facilitar o ingresso dos jovens na universidade, causando um impacto positivo na região.

Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

1. Aumentar o número de delegacias da mulher, que funcionem 24 horas para cada subprefeitura de São Paulo e criação da Patrulha Maria da Penha; Ciclos regulares de formação para agentes públicos que trabalhem nestes espaços e em centros de acolhimento, estabelecer uma portaria no regimento da segurança pública que garanta

atendimento diferencial para mulheres trans reconhecendo as particularidades desta parcela da população.

2. Promover e fortalecer as medidas de justiça restaurativa e mediação de conflitos, em detrimento de uma política de morte e encarceramento em massa da juventude, através do aumento de efetivos nas defensorias públicas que possam organizar mutirões para a revisão de penas e condenações prescritas, superar o estado de coisas inconstitucionais nos presídios, definir metas de desencarceramento e acompanhar processos licitatórios dos presídios para fiscalização do cumprimento e denúncia das condições, por uma prestação de contas mais rigorosa.

3. Promover e direcionar todos os esforços às autoridades públicas para combater o genocídio da população negra no Brasil, através da inclusão obrigatória de formações antirracistas, e de direitos humanos a todos os agentes de segurança pública, com agravamento de pena aos agentes infratores.

Eixo XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE

1. Criação de programa que realiza busca ativa de jovens vítimas de violências e em situação de vulnerabilidade e o encaminhamento para os órgãos de acolhimento responsáveis.

2. Estruturar e fortalecer o SINAJUVE com mão de obra qualificada e multiprofissional através de programas de extensão do ensino básico, universitária, técnico e tecnológico. Bem como a criação de um censo paulistano que aglutine dados sobre a juventude da cidade e de iniciativas para as juventudes paulistanas, em parceria com o Centro de Estudos e Memórias da Juventude.

3. O sistema nacional de juventude deve elaborar o fundo nacional de juventude de orçamento para as juventudes, baseado na divisão tripartite, entre união, estado e municípios, a exemplo do FUNDEB.

3.2 Lista de Votação - Eleição das(os) Delegadas(os)

Nome	Votos
Phablo Jhuan Lourenço da Silva	2

Edwin Andrey Araujo da Silva	4
Vitória Caroline Feitosa Alves	8
Levi Silva Castro	2
Luisa Silva Rafacho	2
Caíque Roberto Campos	10
Cleide Eduarda Gama da Silva	9
Melissa Yasmin Alves Tarrão	8
Caio Cavalcante Vilela de Jesus	7
Jéssica Lena de Souza Santos	7
Maria Júlia Cruz da Fonseca	8
Bruno Santana do Nascimento	8
Andréa Passos de Oliveira Campos	9
João Victor Araújo Gomes	9
Luiza Giovanna Martins Gonçalves	7
Matheus Eduardo Gomes dos Santos	7

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação

"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

Bianca Borges dos Santos	7
Ramirez Lopes	Representante do Poder Público
Edoarda Loureiro	Representante do Poder Público
Vitória Borges	Representante do Poder Público
Júlio César Pereira	Representante do Poder Público
Natália Andrade	Representante do Poder Público

3.3 Moções Registradas

A seguir encontram-se as moções registradas durante os Grupos de Trabalho, pelas(os) participantes:

Eixo II - Direito à Educação

- MOÇÃO EM APOIO A REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Nós jovens reunidos na 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo nos posicionamos pela revogação do Novo Ensino Médio somando às manifestações de entidades acadêmicas, entidades estudantis, entidades de profissionais de educação, educadores, estudantes e pais de estudantes/as em todo país.

O Novo Ensino Médio desconsidera totalmente as disciplinas de sociologia, filosofia, história, geografia, física, química, ciências biológicas, artes entre outros conhecimentos

básicos para a formação dos jovens, desconsiderando o anseio da sociedade e ouvindo somente os setores empresariais.

Por meio dos itinerários formativos (que representam 40% da carga horária), foram introduzidos conteúdos completamente distintos e desconectados dos interesses de desenvolvimento do estudante e de preparo para o exercício da cidadania.

Isso retira dos estudantes do Novo Ensino Médio da necessária apropriação dos saberes

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo aprofundou o debate sobre os diversos problemas enfrentados pela juventude paulistana. E, mais do que isso, trouxe prioridades e diretrizes norteadoras para orientar o poder público nas políticas públicas de juventude da cidade de São Paulo.

Este documento visa destacar a relevância da Conferência, na escuta ativa da população, no engajamento social das(os) participantes e na construção de uma rede de juventude transformadora. Além disso, o documento atua na gestão do conhecimento do evento, auxiliando futuras Comissões Organizadoras, outros municípios e demais interessados na participação social como ferramenta de melhoria das políticas públicas.

ANEXO I

REGIMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - REVALIDAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. A 4ª Conferência Municipal de Juventude é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para a

Juventude e do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude de São Paulo, sendo etapa integrante da 4ª Conferência Estadual de Juventude e da 4ª Conferência Nacional de Juventude.

Art. 2. A Conferência Municipal de Juventude tem abrangência municipal, bem como suas diretrizes, relatórios, documentos e moções aprovadas.

Art. 3. Na 4ª Conferência Municipal de Juventude o debate deverá primar pela garantia do processo democrático, pela qualidade, pela pluralidade e pela representatividade dos segmentos sociais, dentro de uma visão ampla e sistêmica das questões relacionadas às juventudes.

Art. 4. A 4ª Conferência Municipal de Juventude deverá ocorrer em 2023 e será uma revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude realizada no município de São Paulo em 2019, de forma a valorizar o trabalho realizado pela sociedade civil e ao mesmo tempo atualizar as propostas, quando necessário, ao cenário atual.-

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 5. A 4ª Conferência Municipal de Juventude tem por objetivo geral atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento do município, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceitos e os seguintes objetivos específicos:

I - indicar prioridades de atuação do Poder Público na consecução da Política Nacional de Juventude;

II - fortalecer a relação entre governos e a Sociedade Civil para maior efetividade na formulação, execução e controle da Política Nacional de Juventude;

III - identificar e fortalecer a transversalidade do tema juventude junto às políticas públicas nos três níveis federativos;

IV - propor aos entes federados estratégias para ampliação e consolidação da temática juventude junto aos diversos setores da sociedade;

V - promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial de jovens, na formulação e no controle das políticas públicas de juventude;

VI - elaborar subsídios ao Plano Nacional de Juventude e ao Fundo Nacional de Juventude;

VII - elaborar subsídios para a consecução do Sistema Nacional de Juventude;

VIII - divulgar e popularizar o conteúdo do Estatuto da Juventude;

IX - colaborar e incentivar a atuação conjunta de municípios e estados em torno de planos e metas comuns para a população jovem;

X - fazer balanço e aprimorar os mecanismos de monitoramento das resoluções da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Conferência Municipal de Juventude;

XI - reconhecer e fortalecer o ambiente digital como espaço de participação, articulação, deliberação e ação dos jovens;

XII - consolidar plataforma de participação digital;

XIII - fortalecer, ampliar e diversificar o acesso da Sociedade Civil, em especial da juventude, aos mecanismos de participação popular e políticas públicas de juventude;

XIV - mobilizar a sociedade e a diversidade dos meios de comunicação comercial, popular e mídias livres, para a importância das políticas de juventude no desenvolvimento do país;

XV - estabelecer processo de cobertura colaborativa da 4ª Conferência Municipal de Juventude a partir de redes de comunicadores independentes;

XVI - construir a 4ª Conferência Municipal de Juventude nos marcos da acessibilidade e da sustentabilidade;

XVII - promover o intercâmbio das múltiplas expressões da juventude - esportivas, culturais, científicas, tecnológicas, ambientais, econômicas e outras - de modo a fortalecer iniciativas

da organização juvenil e facilitar o estabelecimento de novas redes e comunidades de jovens nos territórios;

XVIII - garantir a transversalidade do debate sobre o combate e superação das opressões de gênero, classe, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, em situação de rua ou em cumprimento de pena de privação de liberdade;

XIX - garantir em todas as Etapas da 4ª Conferência Municipal de Juventude um público jovem, com paridade de gênero, recorte étnico - racial, e com diversidade regional;

XX - promover o município como referência de boas práticas em políticas de participação das juventudes;

XXI - fortalecer as instituições democráticas e o próprio conceito de democracia nos três níveis federativos;

XXII - contribuir com os planos setoriais de juventude associados, à exemplo do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e do Plano Nacional da Juventude Negra Viva.

CAPÍTULO III DO TEMÁRIO

Art. 6. O tema geral da 4ª Conferência Municipal de Juventude será "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver".

Art. 7. A 4ª Conferência Municipal de Juventude terá seus debates organizados conforme os seguintes eixos:

I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;

II - Direito à Educação;

III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;

IV - Direito à Diversidade e à Igualdade;

- V - Direito à Saúde;
- VI - Direito à Cultura;
- VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer;
- IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;
- X - Direito ao Território e à Mobilidade;
- XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça;
- XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Art. 8. Os debates da 4ª Conferência Municipal de Juventude serão subsidiados pelas seguintes publicações:

- I - 1º e 2º Relatório Sobre Violência Homofóbica da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República;
- II - Atlas das Juventudes;
- III - Atlas da Violência 2021;
- IV - Balanço da 1ª, 2ª e 3ª Conferência Nacional de Juventude;
- V - Carta de Direitos da Juventude da Organização Ibero - Americana de Juventude;
- VI - Decreto que Regulamenta SINAJUVE, DECRETO Nº 9.306, DE 15 DE MARÇO DE 2018;
- VII - Estatuto da Juventude;
- VIII - Juventude e Políticas Sociais no Brasil - IPEA;
- IX - Juventudes do Agora;

- X - Juventude 20/30 da ONU;
- XI - Nova Agenda de Juventudes do Organismo Nacional de Juventudes para Iberoamérica;
- XII - Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2020)
- XIII - Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus - 2ª Edição (2021)
- XIII - Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus - 2ª Edição - Relatório Especial: Cidade de São Paulo (2021)
- XIV - Juventudes e a Pandemia - E Agora? - 3ª Edição (2022)
- XV - Juventudes e a Pandemia - E Agora? - 3ª Edição - Relatório Especial: Cidade de São Paulo (2022)
- XVI - Plano Nacional da Juventude e Meio Ambiente;
- XVII - Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural;
- XVIII - Política Nacional de Juventude: Diretrizes, Perspectivas;
- XIX - Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 - 2010 do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE);
- XX - Relatório de Evidências sobre Políticas Públicas Federais de Juventude no Brasil: Mapeamento dos Investimentos 2012 a 2020 (CONJUVE).
- XXI - Pesquisa Injustiças estruturais entre jovens na cidade de São Paulo - Juventudes Potentes (2023)
- XXII - Pesquisa Cidades Sustentáveis - Desigualdades - Rede Nossa São Paulo (2023)
- XXIII - Pesquisa Por ser menina - Plan International (2021)
- XXIV - Pesquisa A situação de jovens mulheres negras no mercado de trabalho - MUDE com Elas (2022)

XXV - Pesquisa 10 Ações para políticas de Saúde Mental nas escolas - Instituto Cactus Instituto CACTUS e IEPS (2023)

XXVI - Pesquisa Mulheres, Políticas Públicas e Combate à Violência de Gênero - Dossiê Relações entre Crime e Gênero: um balanço (2019)

XXVII - Notas sobre os contextos educacionais de jovens negros: dados e diários de escola

§1º As publicações estarão disponíveis no portal da Coordenação de Políticas para a Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

§2º O conteúdo de tais textos e documentos serão debatidos transversalmente nos Grupos de Trabalho da 4ª Conferência Municipal da Juventude, de acordo com a abordagem e similaridade do Grupo de Trabalho com o referido documento.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL

Seção I

Das Competências

Art. 9. A Comissão Organizadora Municipal (COM) é o órgão participativo incumbido da organização e realização da 4ª Conferência Municipal de Juventude.

Art. 10. A COM terá as seguintes competências:

- I - coordenar e promover a realização da 4ª Conferência Municipal de Juventude;
- II - realizar o planejamento de organização da 4ª Conferência Municipal de Juventude;
- III - mobilizar a Sociedade Civil e o Poder Público para participarem da Conferência;
- IV - acompanhar a viabilização da infraestrutura necessária à realização da Conferência;
- V - aprovar a metodologia e a programação da 4ª Conferência Municipal de Juventude;
- VI - aprovar os textos norteadores da 4ª Conferência Municipal de Juventude;

VII - produzir o relatório final e a avaliação da 4ª Conferência Municipal de Juventude;

VIII - providenciar a publicação do relatório final da Etapa Municipal, cadastrando as propostas e seus respectivos delegados e delegadas na plataforma digital.

IX – deliberar sobre todas as questões referentes à 4ª Conferência Municipal de Juventude que não estejam previstas neste Regimento Interno.

Art. 11. A COM deverá seguir os procedimentos estabelecidos neste Regimento Interno, cabendo à própria comissão atuar e dispor sobre casos omissos neste regimento.

Seção II

Do Organograma

Art. 12. Os cargos existentes na estrutura da Comissão Organizadora Municipal são:

I - Coordenador-geral: responsável pela Comissão Organizadora Municipal. Coordenará as Subcoordenadorias de Metodologia e de Eleição e será responsável pelo contato direto com parceiros, imprensa e demais entidades necessárias à realização da Conferência.;

II - Subcoordenador de Metodologia: responsável pelo estabelecimento da metodologia de todas as etapas da Conferência, passando pelo debates temáticos nos grupos de trabalho e priorização das propostas, padronizando os processos para a ação dos diferentes atores;

III - Responsável Grupos de Trabalho e Facilitadores e Relatores: deverá garantir a aplicação da metodologia definida para os Grupos de Trabalho (GT) e o devido registro de todo o processo, bem como a oferta de materiais, infraestrutura e demais recursos necessários. Também ficará incumbido da capacitação e supervisão da equipe de Facilitadores e Relatores, garantindo a aderência ao manual de postura nos GTs

V - Subcoordenador de Eleição: responsável pela definição da metodologia de eleição dos delegados e padronização da ação de seus diferentes atores, garantindo a lisura do processo eleitoral.

VI - Responsável Priorização e Eleição dos Delegados: No dia da eleição será o responsável em acompanhar a aplicação correta da metodologia definida para escolha das propostas

prioritárias e eleição dos delegados, e a oferta de infraestrutura e dos materiais necessários. Deve verificar também a legalidade das candidaturas, listagem dos votos e demais providências a fim de garantir a lisura do processo eleitoral.

§1º Estes cargos são compostos exclusivamente por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude, da Coordenação de Políticas para Juventude e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

§2º Havendo necessidade, novas funções podem ser incluídas à estrutura da Comissão Organizadora Municipal, desde que aprovadas por esta Comissão.

§3º O Coordenador-geral da COM é o Coordenador de Políticas para Juventude da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

CAPÍTULO V

DA ETAPA MUNICIPAL

Seção I

Do Calendário

Art. 13. O cronograma de atividades pertinentes a 4ª Conferência Municipal de Juventude é de responsabilidade da COM - Anexo I.

Art. 14. A 4ª Conferência Municipal de Juventude será composta de uma única etapa, realizada durante 2 dias consecutivos.

Art. 15. As deliberações da realização da 4ª Conferência Municipal de Juventude ficam a cargo da COM.

§ 1º A programação da 4ª Conferência Municipal da Juventude consta no Anexo II

§ 2º Possíveis alterações na programação ficam a critério da COM.

Seção II

Dos participantes

Art. 16. Todo cidadão residente na cidade de São Paulo com idade entre 15 e 29 anos poderá participar da 4ª Conferência Municipal de Juventude.

§ 1º Todos têm direito a voz e voto, desde que o participante cumpra todos os critérios e tenha realizado todos os procedimentos estabelecidos neste Regimento Interno e pela COM.

§ 2º Pessoas com idade superior a 29 anos poderão estar presentes na Conferência, na condição de observadores, com direitos à voz, mas sem direito a voto, devendo também realizar o processo de inscrição e credenciamento.

§ 3º Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude serão automaticamente inscritos e terão direito à voz e voto.

Seção III

Das Inscrições

Art. 17. As inscrições para a 4ª Conferência Municipal de Juventude terão ampla divulgação, em diferentes meios de comunicação e locais.

Art. 18. As inscrições serão realizadas por meio eletrônico, com link a ser divulgado pela COM junto com o período de inscrições.

Art. 19. A 4ª Conferência Municipal de Juventude terá livre participação, devendo propiciar a ampla, democrática e diversificada presença de todos os segmentos das juventudes e suas organizações.

Art. 20. Os participantes com deficiência deverão registrar, no momento de sua inscrição, o tipo de deficiência, escolhendo entre as opções disponíveis no formulário de inscrição os recursos necessários para suprir suas necessidades na 4ª Conferência Municipal de Juventude.

Seção IV

Das Inscrições para Voluntários

Art. 21. A 4ª Conferência Municipal da Juventude contará com o trabalho de voluntários para a sua realização.

Art. 22. As inscrições para voluntariado na 4ª Conferência Municipal da Juventude serão realizadas por meio eletrônico, com link e período de inscrições a ser divulgado pela COM.

§ 1º Após o período de inscrição, os voluntários serão selecionados pela COM, de acordo com as suas competências e com as necessidades do evento.

§ 2º Aos voluntários será concedido certificado de participação.

Art. 23. Os voluntários atuarão nas seguintes funções:

I - facilitador: responsável por ministrar os Grupos de Trabalho;

II - relator: responsável por documentar nos Grupos de Trabalho as discussões realizadas;

III - apoio: responsável por auxiliar nas demais funções, como credenciamento, coffee break, orientações, e demais funções atribuídas pela COM.

Art. 24. A quantidade total de voluntários para a 4ª Conferência Municipal de Juventude é de 20 pessoas.

Parágrafo único - A COM avaliará a necessidade de ampliação ou redução do quadro de voluntárias/os, caso necessário.

Seção V

Do Credenciamento

Art. 25. O ato de credenciamento é pessoal e intransferível, momento no qual obrigatoriamente deverá ser apresentado documento de identificação oficial com foto.

Art. 26. O credenciamento de todos(as) os(as) participantes da 4ª Conferência Municipal de Juventude deverá ser realizado no início dos dois dias do evento, utilizando-se dos meios definidos e aprovados previamente pela COM.

Parágrafo único - O credenciamento será realizado exclusivamente para as pessoas que realizaram a inscrição para a 4ª Conferência Municipal da Juventude através dos meios e no período pré-estabelecido pela COM.

Seção VI

Dos Grupos de Trabalho

Art. 27. Os Grupos de Trabalho são as instâncias deliberativas onde se realizarão as discussões dos eixos da 4ª Conferência Municipal de Juventude e serão elaboradas as diretrizes/propostas para encaminhamento da etapa Estadual e propondo novos programas, planos e políticas para o município de São Paulo.

Parágrafo único: Os participantes escolherão, no momento da inscrição na Conferência, de quais Grupos de Trabalho desejam participar, considerando a sua afinidade com as temáticas.

Art. 28. Para melhor organização dos trabalhos, os 12 eixos temáticos serão agrupados em 7 Grupos de Trabalho, conforme previsto no Parágrafo único do Art. 7º da RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 2, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, que concede a prerrogativa de reagrupamentos dos eixos. A definição dos Grupos de Trabalho e os respectivos eixos correspondentes consta no Anexo IV

Art. 29. As propostas serão elaboradas e debatidas conforme os eixos temáticos constantes neste Regimento e encaminhadas para votação na 4ª Conferência Municipal de Juventude.

§1º Os Grupos de Trabalho terão como ponto de partida as propostas apresentadas na 4ª Conferência Municipal de Juventude realizada em 2019 e que agora será revalidada. As propostas previamente apresentadas poderão ser mantidas, alteradas ou excluídas, e novas propostas poderão ser apresentadas.

§2º As propostas devem ser apresentadas de forma objetiva, levando-se em consideração o princípio da linguagem simples.

§3º Todas as propostas devem levar em conta o respeito aos direitos humanos.

Art. 30. Cada Grupo de Trabalho deverá encaminhar no mínimo 6 e no máximo 12 (doze) propostas para a etapa Priorização.

Parágrafo único: Grupos de Trabalho compostos por 2 eixos temáticos deverão encaminhar no mínimo 3 e no máximo 9 propostas de cada eixo temático, desde que totalize no mínimo 6 e no máximo 12 propostas por Grupo de Trabalho.

Art. 31. A COM deverá indicar, pelo menos, uma pessoa para relatoria e outra para secretariar os trabalhos, que aplicarão a metodologia definida previamente e também serão responsáveis pela redação da ata de cada GT.

Seção VI

Etapa de Priorização

Art. 32. A priorização será a etapa final de escolha das diretrizes/propostas, permitindo que todos os participantes da Conferência escolham até 3 propostas/diretrizes por eixo para formulação de uma agenda de prioridades a ser encaminhada ao governo municipal e à 4ª Conferência Estadual de Juventude.

§ Parágrafo único: Serão aprovadas, na votação, no mínimo 12 e no máximo 36 propostas prioritárias, sendo no mínimo 1 e no máximo 3 por eixo temático, para serem encaminhadas à 4ª Conferência Estadual de Juventude.

Art. 33. A priorização será realizada por votação dos participantes da 4ª Conferência Municipal de Juventude.

§1º Todas as propostas serão apresentadas no portal da Coordenação de Políticas para Juventude no dia anterior, para que todos possam conhecê-las antes da votação.

§2º Antes do início da votação, todas as propostas serão apresentadas de forma sucinta na Plenária Final.

§3º Cada participante, desde que cumpridos os requisitos básicos estipulados neste Regimento Interno e devidamente credenciados, votará em, no mínimo 1 e no máximo 3 propostas de cada um dos 12 (doze) eixos temáticos.

§4º A votação se realizará através de voto impresso, conforme cédula no Anexo V.

§5º Serão considerados os votos apenas dos participantes que tenham assinado a lista de presença no dia da Priorização.

§6º Havendo empate na votação de alguma das diretrizes/propostas, leva-se à Plenária de Priorização para escolha.

Art. 34. Os votos serão depositados em uma urna lacrada, sendo aberta somente após o período estipulado para Priorização.

Parágrafo único: Somente membros da COM e voluntários do processo eleitoral poderão se aproximar da mesa durante a contabilização dos votos.

Art. 35. A divulgação do resultado da Priorização será realizada na Plenária Final.

Art. 36. Após a finalização da etapa de Priorização, nenhuma alteração, disposição ou outra providência poderá ser realizada nas diretrizes/propostas priorizadas.

Seção VIII

Eleição dos Delegados

Art. 37. A 4ª Conferência Municipal de Juventude elegerá, por meio de votação, uma lista de delegados para a 4ª Conferência Estadual de Juventude.

Art. 38. Serão eleitos 11 delegados e seus respectivos suplentes, conforme definido pela Comissão Organizadora Estadual, desde que haja número suficiente de candidatos(as)

§1º Os delegados eleitos são, em sua totalidade, jovens de 15 a 29 anos.

§2º Deverá haver, no mínimo, 50% de mulheres entre os delegados eleitos. Dessa forma, candidatas com menor número de votos poderão ser eleitas para que a paridade de gênero seja alcançada.

§3º Deverá haver, no mínimo, 50% de pessoas autodeclaradas negras (pretos e pardos) entre os delegados eleitos. Dessa forma, candidatas(os) com menor número de votos poderão ser eleitas para que a paridade racial seja alcançada.

Art. 39. A COM divulgará os meios e horários para a inscrição de candidatura na abertura da Conferência

§1º Para se candidatar a delegado, o participante deverá realizar a inscrição de candidatura, em meio e no período definido previamente pela COM.

§2º Estarão aptos a se candidatar os participantes que forem devidamente credenciados no dia da eleição e que apresentem carteira de identidade ou outro documento oficial com foto.

§3º Estarão aptos a se candidatar os participantes que assinaram a lista de presença nos dois dias do evento.

§4º. Membros da COM e voluntários também poderão se candidatar, desde que não tenham sido designados para funções do processo eleitoral

§5º. Uma vez encerrado o período de inscrições de candidaturas divulgado pela COM, não haverá reabertura.

Art. 40. Os delegados para a 4ª Conferência Estadual de Juventude serão eleitos no período determinado de votação com divulgação do resultado na Plenária Final de Eleição.

§1º Cada participante, desde que cumpridos os requisitos básicos estipulados neste Regimento Interno, votará em cédula padronizada - Anexo VI - em duas candidaturas distintas.

§2º O eleitor poderá votar em si mesmo e em outra candidatura.

§3º Aquele que votar em uma candidatura duas vezes na mesma cédula, terá somente 1 (um) voto computado.

§4º No ato do voto o eleitor deve, obrigatoriamente, inserir número do candidato nos espaços da cédula padronizada, tanto na forma de número quanto por extenso.

§5º A numeração de cada candidatura dos delegados estará disponível, em local de fácil visualização, de acordo com as inscrições de candidaturas realizadas previamente, conforme estipulado pela COM.

§6º Havendo empate na votação entre delegados convocados para a 4ª Conferência Estadual de Juventude, será selecionado aquele que tiver realizado a inscrição para a 4ª Conferência Municipal de Juventude primeiro.

§7º Caso não se complete o número de 11 delegados e os respectivos suplentes, os conselheiros, a começar pelos membros da COM, poderão ser escolhidos.

§8º Os delegados votados na 4ª Conferência Municipal de Juventude realizada em 2019 serão convidados a se candidatarem novamente, devendo, porém, realizar a inscrição de candidatura novamente, sem auferir vantagem alguma sobre os participantes que estão se candidatando pela primeira vez.

Art. 41. Os votos serão depositados em urna lacrada, sendo aberta somente após o período estipulado para a Eleição dos Delegados.

§1º Somente membros da COM e voluntários do processo eleitoral poderão se aproximar da mesa na contabilização dos votos.

§2º A ata de urna será padronizada pela COM, assim como os seus respectivos procedimentos.

Art. 42. A divulgação do resultado será realizada na etapa da Plenária Final de Eleição.

Art. 43. Após o final da Plenária de Eleição, nenhuma alteração, disposição ou outra providência pode ser realizada.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pela COM

ANEXO I (Regimento Interno)

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

SETEMBRO						
seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

LEGENDA	
	Período de Inscrição - Participantes e Voluntários
	Formação Voluntários
	Conferência

ANEXO II (Regimento Interno)

PROGRAMAÇÃO 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE

Data e Horário:

23/09 - 08:00 - 17:00

24/09 - 08:30 - 13:00

Dia 1 - 23/09 (sábado)

08:30 - 09:30 - Credenciamento (coffee)

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação

"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

09:30 - 10:00 - Solenidade de abertura e apresentação da metodologia da 4ª Conferência Municipal de Juventude

10:00 - 12:30 - Grupos de Trabalho

12:30 - 14:00 - Almoço

14:00 - 14:30 - Inscrição Delegados

14:30 - 16:30 - Grupos de Trabalho (Finalização)

16:30 - 17:00 - Encerramento

Dia 2 - 24/09 (domingo)

08:30 - 09:30 - Credenciamento e abertura (coffee)

09:00 - 10:30 - Votação propostas e delegados

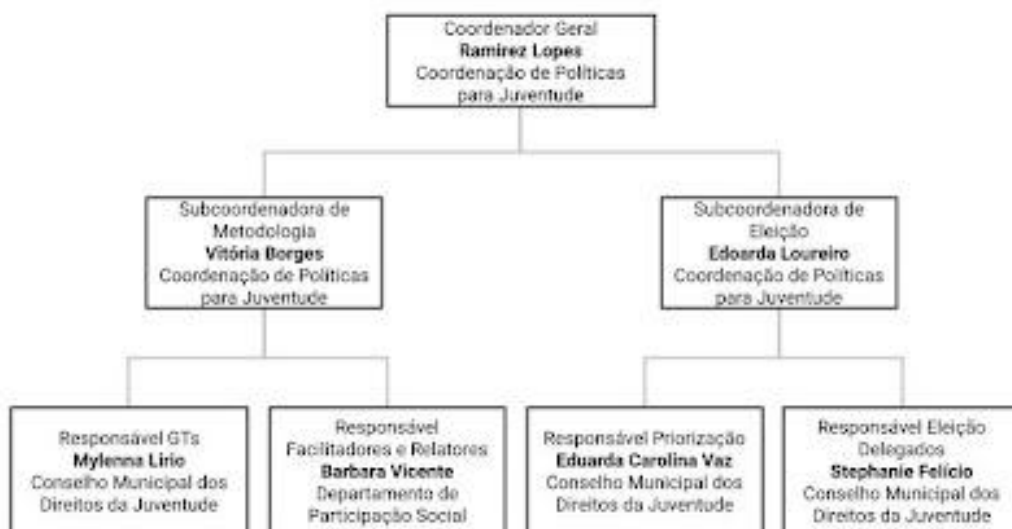
10:30 - 11:00 - Apuração

11:00 - 12:30 - Divulgação propostas priorizadas e delegadas(os) eleitas(os); plenária para desempate, se necessário.

12:30 - 13:00 - Encerramento

ANEXO III (Regimento Interno)

ORGANOGRAMA - COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL



ANEXO IV (Regimento Interno)

ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO E EIXOS TEMÁTICOS

Grupo de Trabalho A

Eixo I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação

"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

Eixo XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Grupo de Trabalho B

Eixo II - Direito à Educação

Eixo VI - Direito à Cultura

Grupo de Trabalho C

Eixo III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;

Grupo de Trabalho D

Eixo IV - Direito à Diversidade e à Igualdade;

Eixo VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;

Grupo de Trabalho E

Eixo V - Direito à Saúde;

Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer;

Grupo de Trabalho F

Eixo IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;

Eixo X - Direito ao Território e à Mobilidade;

Grupo de Trabalho G

Eixo XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça;

ANEXO V (Regimento Interno)

CÉDULA DE PRIORIZAÇÃO

Frente

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE SÃO PAULO													
Cédula de Priorização													
Eixos	Número das Propostas de cada Eixo												
Eixo 1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 2	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 3	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 4	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 5	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	1	1	

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação

"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

											0	1	2
Eixo 6	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 7	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 8	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 9	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 11	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2
Eixo 12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	1	0	1	2

Trás

Assinatura do Mesário

ANEXO VI (Regimento Interno)

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação
 "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"



ANEXO II

TEXTO BASE

INTRODUÇÃO

Uma conferência, em sua essência, é principalmente um diálogo entre indivíduos centrado em um tema específico, com o propósito de analisar questões particulares, conceitos e avanços sugeridos por seus participantes. No contexto da conferência de juventude, a meta primordial é abordar uma variedade de perspectivas presentes na comunidade, visando identificar os caminhos que uma política voltada para os jovens deve trilhar a fim de superar as barreiras que se erguem diante da igualdade de oportunidades e, em alguns casos, até mesmo da existência digna.

Nesse cenário, é essencial criar um ambiente inclusivo, onde vozes diversas tenham a oportunidade de se expressar e contribuir para a formulação de estratégias eficazes. Essa conferência, ao promover o encontro de jovens de diferentes origens e experiências, se torna um espaço fundamental para o intercâmbio de ideias, a discussão de desafios prementes e a busca por soluções que possam abrir caminhos mais justos e igualitários para a juventude em nossa sociedade.

A 4ª Conferência Municipal de Juventude ocorrerá em setembro de 2023 e será uma revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude realizada no município de São Paulo em 2019, de forma a valorizar o trabalho realizado pela sociedade civil e ao mesmo tempo atualizar as propostas, quando necessário, ao cenário atual.

É fundamental que o debate esteja centrado na promoção de um processo democrático sólido, na busca pela excelência, na valorização da diversidade e na efetiva representatividade de todos os grupos sociais, na 4ª Conferência Municipal de Juventude. Isso deve ser realizado dentro de uma perspectiva abrangente e interconectada das questões que envolvem a juventude em nossa comunidade.

A principal meta da 4ª Conferência Municipal de Juventude, cujo tema geral será "Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver", é a atualização da agenda voltada para o progresso do município, com o intuito de reconhecer e potencializar as diversas manifestações da juventude. Além disso, busca-se intensificar a luta contra todas as formas de preconceito, e para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

I - indicar prioridades de atuação do Poder Público na consecução da Política Nacional de Juventude;

II - fortalecer a relação entre governos e a Sociedade Civil para maior efetividade na formulação, execução e controle da Política Nacional de Juventude;

III - identificar e fortalecer a transversalidade do tema juventude junto às políticas públicas nos três níveis federativos;

IV - propor aos entes federados estratégias para ampliação e consolidação da temática juventude junto aos diversos setores da sociedade;

V - promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial de jovens, na formulação e no controle das políticas públicas de juventude;

VI - elaborar subsídios ao Plano Nacional de Juventude e ao Fundo Nacional de Juventude;

VII - elaborar subsídios para a consecução do Sistema Nacional de Juventude;

VIII - divulgar e popularizar o conteúdo do Estatuto da Juventude;

IX - colaborar e incentivar a atuação conjunta de municípios e estados em torno de planos e metas comuns para a população jovem;

X - fazer balanço e aprimorar os mecanismos de monitoramento das resoluções da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Conferência Municipal de Juventude;

XI - reconhecer e fortalecer o ambiente digital como espaço de participação, articulação, deliberação e ação dos jovens;

XII - consolidar plataforma de participação digital;

XIII - fortalecer, ampliar e diversificar o acesso da Sociedade Civil, em especial da juventude, aos mecanismos de participação popular e políticas públicas de juventude;

XIV - mobilizar a sociedade e a diversidade dos meios de comunicação comercial, popular e mídias livres, para a importância das políticas de juventude no desenvolvimento do país;

XV - estabelecer processo de cobertura colaborativa da 4ª Conferência Municipal de Juventude a partir de redes de comunicadores independentes;

XVI - construir a 4ª Conferência Municipal de Juventude nos marcos da acessibilidade e da sustentabilidade;

XVII - promover o intercâmbio das múltiplas expressões da juventude - esportivas, culturais, científicas, tecnológicas, ambientais, econômicas e outras - de modo a fortalecer iniciativas da organização juvenil e facilitar o estabelecimento de novas redes e comunidades de jovens nos territórios;

XVIII - garantir a transversalidade do debate sobre o combate e superação das opressões de gênero, classe, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, em situação de rua ou em cumprimento de pena de privação de liberdade;

XIX - garantir em todas as Etapas da 4ª Conferência Municipal de Juventude um público jovem, com paridade de gênero, recorte étnico - racial, e com diversidade regional;

XX - promover o município como referência de boas práticas em políticas de participação das juventudes;

XXI - fortalecer as instituições democráticas e o próprio conceito de democracia nos três níveis federativos;

XXII - contribuir com os planos setoriais de juventude associados, à exemplo do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e do Plano Nacional da Juventude Negra Viva.

Assim, a revalidação da 4ª Conferência Municipal de Juventude terá seus debates divididos em 7 grupos de trabalho, que englobarão os seguintes eixos:

I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;

II - Direito à Educação;

III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;

IV - Direito à Diversidade e à Igualdade;

V - Direito à Saúde;

VI - Direito à Cultura;

VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;

VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer;

IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;

X - Direito ao Território e à Mobilidade;

XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça;

XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;

A participação política ativa e eficaz dos jovens é fundamental para uma sociedade democrática e inclusiva. Nesse sentido, a alteração da lei que se refere ao coeficiente de participação da juventude em diversos recortes, como os de raça, gênero e classe social,

nos conselhos e espaços de decisão, representa um passo importante para garantir que a voz das juventudes seja ouvida e respeitada.

É necessário conscientizar e fortalecer as populações das regiões periféricas, proporcionando a implementação de conselhos distritais que representem de forma mais efetiva os interesses e necessidades dessas comunidades. Isso contribuirá para a construção de políticas públicas mais inclusivas e direcionadas às realidades específicas das áreas periféricas.

Além disso, é crucial fortalecer financeiramente e garantir a autonomia do órgão colegiado municipal de juventude. Isso envolve assegurar que recursos sejam destinados a esses órgãos e que eles tenham a capacidade de cumprir as legislações e programas já aprovados, como o Plano Diretor, o Estatuto da Cidade, o Estatuto da Juventude, entre outros. Essas leis e programas fornecem diretrizes importantes para a promoção do bem-estar e dos direitos das juventudes.

A divulgação de materiais relacionados aos direitos das juventudes desempenha um papel fundamental na conscientização e empoderamento dos jovens. Essa divulgação deve ser feita de maneira acessível e abrangente, para que todos os jovens tenham conhecimento de seus direitos e possam se engajar ativamente na defesa de suas demandas.

A participação política efetiva da juventude envolve não apenas mudanças na legislação, mas também a criação de espaços inclusivos, o fortalecimento financeiro de órgãos representativos e a divulgação de informações sobre direitos. Essas medidas são essenciais para garantir que os jovens tenham um papel significativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

II - Direito à Educação;

A partir do ODS 4, anuncia-se o propósito de garantir a aprendizagem equitativa, inclusiva e de qualidade para todas as pessoas, diretamente articulado com os artigos 7º ao 10º do Estatuto da Juventude, que garantem legalmente ao jovem o direito à educação básica,

superior, profissional e tecnológica de qualidade, além da plena educação básica, obrigatória e gratuita aos que não tiveram acesso à ela em idade adequada.¹

2.1 Sustentabilidade, empreendedorismo e desenvolvimento econômico

Alicerçado à importância de desenvolver cidades cada vez mais sustentáveis em todos os seus eixos, garantir o desenvolvimento de uma educação pública que permita a reflexão de todos os estudantes quanto aos temas de cidadania, meio ambiente, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção da cultura de paz e não-violência e diversidade cultural.

Na definição da ONU, cidades sustentáveis asseguram o acesso a habitações seguras e a custo razoável, melhorando os assentamentos de favelas. Também envolve investimentos em transportes públicos, criação de espaços públicos verdes e melhoria do planejamento e gestão urbana de forma participativa e inclusiva.² Assim, o Estado deve fomentar e investir na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Em 2019, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e a Secretaria Municipal de Educação (SME) assinaram uma portaria intersecretarial para aprofundar o conhecimento sobre educação ambiental, promovendo formações continuadas para professores da rede pública. Seguindo o disposto no Currículo da Cidade de São Paulo, os temas da formação são, por exemplo, as mudanças climáticas, consumo consciente e os ODS³.

A educação transformadora deve, também, inserir o jovem na tendência econômica global de geração de renda através de iniciativas empreendedoras, garantindo o aumento progressivo e substancial de jovens e adultos às habilidades técnicas, ensinamentos profissionais, ao emprego e acesso ao empreendedorismo.

III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;

Já no 14º artigo do Estatuto da Juventude é levantada a necessidade de estimular a inovação tecnológica e o emprego, trabalho e geração de renda entre os jovens, O artigo 2º prevê, entre outras coisas, a promoção da autonomia, da emancipação e da participação dos jovens no desenvolvimento econômico do país; e segundo o artigo nº 14, todo jovem tem

¹ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

² <http://visoesdefuturo.fundacaotelefonica.org.br/ods-11-cidades-e-comunidades-sustentaveis/>

³ <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/secretarias-firmam-parceria-para-fortalecer-educacao-ambiental>

direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, em condições de liberdade, equidade, segurança, proteção social e remuneração adequada. Os ODS nº 8 e nº 9, buscam *promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, além de pleno emprego e trabalho decente e produtivo para todos.*

4.1 Violência, saúde e vulnerabilidade no trabalho

Segundo dados que mostram intensa exploração do trabalho e uso de mão-de-obra infantil, tomar medidas eficazes para proibir e erradicar o trabalho em condições indignas e degradantes, o tráfico de pessoas, o trabalho forçado e todas as formas de trabalho infantil. Em 2018, no Brasil, 14% dos jovens de 15 a 17 anos estavam em emprego considerados perigosos, principalmente em funções na agricultura e na indústria⁴.

4.2 Acesso universal ao trabalho e redução das desigualdades

Possibilitar o pleno emprego e o trabalho produtivo, decente e inclusivo, que reduza substancialmente o desemprego e a desigualdade econômica dos jovens. A taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos ficou em 27,3%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para o primeiro trimestre de 2019⁵. É mais que o dobro do desemprego na população geral.

Na cidade de São Paulo, a taxa de desocupação geral ficou em 13,5% no segundo trimestre. Trazendo o recorte para jovens entre 15 e 24 anos, a taxa foi de 31,6%. Se observarmos ainda, as desigualdades dentro deste recorte, entre jovens negros o valor sobe para 34,1% e para mulheres jovens negras foi de 38,3%⁶.

4.3 Sustentabilidade, empreendedorismo e desenvolvimento econômico

Garantir políticas que apoiem o desenvolvimento de atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. Garantir também a industrialização inclusiva e sustentável e o aumento significativo

⁴ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-brasil-e-o-trabalho-infantil/>

⁵ <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/05/16/desemprego-entre-jovens-com-idade-de-18-a-24-anos-ficou-em-273-no-1-tri.htm>

⁶ <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/boletim-bimestral-agosto-2019>

da participação industrial no setor de emprego e no PIB. Na cidade de São Paulo em 2018, 28% dos jovens estavam desempregados e 24% procurando emprego⁷.

4.4 Inovação e tecnologia

Ampliar o acesso às tecnologias de comunicação e informação e tornar mais viável o acesso à internet. Fortalecer e aumentar a produção de conhecimento e a pesquisa científica, incentivando a inovação e amplificar tanto o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas quanto o gasto público e privado em pesquisa e desenvolvimento.

O Brasil possui uma situação peculiar de registrar uma queda de pedidos de patentes em inovação na última década, com investimento público em Ciência e Tecnologia (C&T) se mantendo na média de 1,6% do PIB ao ano. Ainda é pouco se comparado à Países como Cingapura e Coréia do Sul, que investem 3%⁸. Mas diferente dos casos de participação pública consolidada no desenvolvimento de pesquisa, o Brasil tem no setor privado um grande mercado de investimentos importantes na área de C&T, como telecomunicações.⁹ É um cenário que pode se mostrar propício para o crescimento em qualidade e quantidade.

O investimento em produção científica nas universidades públicas e núcleos de pesquisa é grande promotor da pesquisa nacional. Aproximadamente 95% desta produção científica nas bases internacionais de publicação advém de universidades públicas, sendo a Universidade de São Paulo (USP) um dos destaques nacionais¹⁰.

4.5 Instituições, participação política e sociedade civil

Desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Global para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Pacto Global¹¹ possui dez princípios universais para promover os Direitos Humanos em

⁷<https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/02/19/analise-da-pesquisa-trabalho-e-renda/>

⁸ Inovação Tecnológica no Brasil: Há uma pedra no meio do caminho Technological Innovation in Brazil: It has a stone on the way Cavalcanti M Pereira Neto A 2014 (10) pp: 726-741

⁹ Empresas multinacionais e inovação tecnológica no Brasil. Queiroz S; Carvalho R. São Paulo em Perspectiva 2005 vol: 19 (2) pp: 51-59

¹⁰<http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respodem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>

¹¹ <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>

conjunto com os Direitos Fundamentais do Trabalho, que garantem a igualdade de oportunidades e coíbem discriminações no mercado de trabalho. As discussões de políticas públicas deve seguir os seguintes princípios:

I - as empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;

II - assegurar a sua não participação em violações dos direitos humanos;

III - as empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;

IV - eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;

V - abolição efetiva do trabalho infantil;

VI - eliminar a discriminação no emprego;

VII - empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;

VIII - desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;

IX - incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis;

X - as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive a extorsão e propina.

IV - Direito à Diversidade e à Igualdade;

Fundamentado do ODS nº 5, objetiva-se alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Segundo o artigo nº 17 do Estatuto da Juventude, os jovens têm direito à diversidade e à igualdade de oportunidades e devem ser resguardados de qualquer discriminação, inclusive a de gênero. O artigo nº 18 também direciona ações do poder público voltadas para este fim, incluindo a adoção de programas governamentais que garantam a igualdade de direito para os jovens, a capacitação de professores do ensino fundamental e médio e a inclusão de temas que abordem o respeito à sexualidade e à diversidade de valores.

3.1 Instituições, participação política e sociedade civil

Para que haja maior adequação e incorporação de normas que reduzam as disparidades de gênero, o município deve adotar e fortalecer políticas públicas sólidas e legislações aplicáveis para a promoção da igualdade de gênero de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

3.2 Violência, saúde e vulnerabilidade social

Apoiado na importância de eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas e erradicar as mais variadas formas de desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Buscando combater todas as formas de tráfico humano e exploração sexual, principalmente através do acesso universal à educação, à saúde e aos direitos civis.

A Convenção de Palermo define o tráfico de pessoas como *“o recrutamento, o transporte, a transferência o alojamento ou o acolhimento de pessoas recorrendo à ameaças ou uso de força ou outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano e ao abuso de autoridade”*¹².

Tendo isso em vista, a pesquisa na área da saúde voltada para as especificidades do corpo feminino deverão ser prioridades. A saúde da mulher engloba diferentes áreas que possuem poucas pesquisas avançadas. Atualmente, encontramos profissionais despreparados e um procedimento diante da saúde da mulher muitas vezes negligente. As políticas públicas devem fomentar a elaboração de programas que forneçam informações sobre os direitos reprodutivos da mulher e combatam práticas de mutilação genital e violência obstétrica. O artigo nº 20 do Estatuto da Juventude garante por direito a inclusão desses temas nos projetos pedagógicos de diversos níveis de ensino, prevendo ainda a cooperação entre serviços de saúde, famílias e estabelecimentos de ensino para promover essas questões para o público jovem.

3.3 Acesso universal aos direitos e redução das desigualdades de gênero

¹²http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Trafico_de_Pessoas/trafico_div/trafico%20de%20pessoas%20para%20fins%20de%20exploracao%20sexual.pdf

Fundamentado na necessidade de erradicar práticas machistas na sociedade, procurar findar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas em todos os ambientes das esferas pública e privada e assegurar a participação plena e efetiva das mulheres em posições de liderança de todos os níveis da tomada de decisão da vida política, econômica e pública.

Na cidade de São Paulo, a proporção de mulheres ativas na gestão pública era cerca 73% em 2014¹³, em contraponto a 46% de mulheres ativas no Poder Executivo Federal, no mesmo ano¹⁴. Segundo o ranking internacional, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial em 2018, de igualdade de gênero, o Brasil ocupa somente a 90ª posição de 144 países, tendo caído 11 posições em relação à 2017. Na classificação, considera-se mais de 50 itens com o acesso à saúde, renda, e participação política. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país com maior taxa de feminicídio¹⁵.

O 5º ODS da ONU demanda maior e mais justa proporcionalidade entre homens e mulheres quanto ao acúmulo de riqueza, através de um plano de desenvolvimento econômico que esteja alinhado com a Seção III do Estatuto da Juventude brasileira.

3.4 Inovação e tecnologia à ascensão da mulher

Fomentar políticas públicas de incentivo à pesquisa e à produção de ciência e tecnologia, visando a autonomia e empoderamento das mulheres nas áreas da tecnologia, da comunicação e das indústrias de base. O Relatório da Revelo de 2019¹⁶, mostra a discrepância de gênero entre profissionais na área de Tecnologia da Informação. Apenas 11% são mulheres.

V - Direito à Saúde;

O artigo nº 19 Estatuto da Juventude prevê pleno direito à saúde e à qualidade de vida do jovem, baseando-se nas diretrizes específicas do artigo 20 que trabalham temas como o consumo e prevenção do álcool, tabaco e outras drogas, a saúde sexual e reprodutiva da mulher, a articulação entre os serviços de saúde e as instituições de ensino para direcionar e apoiar o jovem junto aos pais e o acesso universal e gratuito dos jovens ao SUS¹⁷. A partir do

¹³ <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/gestao-publica>

¹⁴ <http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/123456789/1059>

¹⁵ <https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>

¹⁶ Desigualdade de Gênero em Tecnologia - 2019, Revelo

¹⁷ Fonte: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm

ODS 3 e suas respectivas metas, apresenta-se o objetivo de *promover uma vida saudável e o bem estar para todas as pessoas*, divididos entre os três subtópicos abaixo, que tratam de temas interligados ao eixo estratégico para a promoção e a abordagem de saúde e bem-estar como direitos coletivos, feitos e usufruídos por todos.

1.1 Violência, saúde e vulnerabilidade

Considerando a saúde como Direito Humano Básico, assegurar o acesso universal à informação e aos serviços de saúde pública, bem como ao atendimento especializado para mulheres, crianças, idosos e pessoas LGBT+, ao planejamento familiar e a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e nos programas nacionais. Dessa forma, buscando realizar ações para a redução das taxas de mortalidade materna e infantil, para a redução das taxas de contágio de doenças sexualmente transmissíveis entre a população e para o aumento da qualidade de vida da população idosa.

Outra discussão importante para saúde da juventude se refere no progressivo aumento do uso do álcool e outras substâncias entorpecentes no Brasil, reforçando a necessidade de tratamentos e da prevenção ao abuso destas substâncias¹⁸. No âmbito municipal, existe a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, a qual através do seu decreto regulamentador inseriu o Programa Redenção - visando a saúde, reinserção social e capacitação profissional às pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e estão em situação de risco ou vulnerabilidade social¹⁹. Atualmente no Brasil, em pesquisa recente feita com dez mil jovens entre 13 e 17 anos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que um a cada quatro entrevistados já sabia o que era ficar bêbado²⁰.

Levando em conta os recentes surtos epidêmicos de doenças transmissíveis, sanar as epidemias de doenças tropicais, doenças transmissíveis pela água e doenças sexualmente transmissíveis, com foco na AIDS, na tuberculose e na malária, bem como combater

¹⁸<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9501-pense-2015-55-5-dos-estudantes-ja-consumiram-bebida-alcoolica-e-9-0-experimentaram-drogas-ilicitas>

¹⁹<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2019/5876/58760/decreto-n-58760-2019-regulamenta-a-lei-n-17089-de-20-de-maio-de-2019-que-institui-a-politica-municipal-sobre-alcool-e-outras-drogas-na-qual-se-insere-o-programa-redencao-bem-como-organiza-o-servico-integrado-de-acolhida-terapeutica-siat-no-municipio-de-sao-paulo>

²⁰<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-lanca-campanha-para-alertar-sobre-consumo-de-alcool-na-adolescencia>

incisivamente a hepatite. A cidade de São Paulo participa do Plano de Eliminação das Hepatites Virais até 2030, com a missão de reduzir as novas infecções de hepatites virais B e C em 90%. Também tem a meta de reduzir em 65% a taxa de mortalidade associada às respectivas hepatites virais. Atualmente, o município oferece vacinação e o teste rápido em todas as idades para hepatite B e C, além do tratamento gratuito da hepatite C para os portadores da doença.²¹

Com relação a epidemia de HIV/AIDS, os jovens de 20 a 29 anos seguem como a faixa etária com o maior número de notificações de HIV - aproximadamente 46% do total, segundo dados de 2017²². Nesta mesma pesquisa, que destaca as reduções de 9,2% (2251) em novos casos de AIDS, evidencia que a população jovem continua sendo a mais vulnerável contraindo a doença através de relações sexuais (87%) dos casos. Sendo assim, torna-se imprescindível programas, projetos e planos que visem praticamente zerar novos casos da doença.

1.2 Acesso universal à saúde e redução das desigualdades

O Estado tem o dever de atingir a cobertura e o acesso universal à saúde, incluindo a proteção a riscos financeiros e o acesso a medicamentos e vacinas eficazes e de qualidade. Ressalta-se a importância do SUS (Sistema Único de Saúde), um dos maiores e mais complexos serviços de saúde pública do mundo, no município de São Paulo para efetivação da saúde pública paulistana. No ano de 2018, o percentual da população na cidade de São Paulo imunizada com vacinas essenciais chegou a 93,6%²³.

1.3 Sustentabilidade como prevenção à saúde

Considerando a persistente situação de escassez de saneamento e constante poluição, principalmente das regiões mais periféricas das cidades, e o impacto que isto ocasiona na saúde da população, diminuir o número de mortes por contágio, via produtos químicos e/ou poluição do ar, da água e do solo. No Ranking 2019 da Trata Brasil, o esgoto tratado na cidade de São Paulo, com relação ao total de água consumida, representa 61,84%²⁴.

²¹ https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/index.php?p=28028

²² <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=268249>

²³ <https://www.cidadessustentaveis.org.br/indicador/3905/SP/S%25C3%25A3o%2520Paulo>

²⁴ http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_2019_-_Tabela_Final.pdf

1.4 Instituições, participação política e sociedade civil

Consolidar, nas instituições e políticas públicas, a implementação do disposto na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). O CQCT é o primeiro tratado internacional de saúde pública, sendo o Brasil um dos seus primeiros signatários. Seu objetivo é *“proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco”*²⁵. Em 2019, a Lei Antifumo do Estado de São Paulo completou 10 anos com resultados positivos para a cidade de São Paulo. Nos primeiros oito anos da lei, estima-se uma redução de 300 mil fumantes na cidade²⁶.

VI - Direito à Cultura;

O Direito à Cultura, refere-se ao reconhecimento e garantia do acesso à cultura e à participação cultural para jovens em sociedade. Esse direito é fundamental para o desenvolvimento integral dos jovens e está intrinsecamente ligado aos direitos humanos.

De acordo com o artigo nº 21 do Estatuto da Juventude, o jovem possui direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de políticas culturais, à identidade e à diversidade cultural e à memória social.

Ao longo do artigo 22, onde é especificado a competência do poder público na consecução dos direitos culturais, afirma a garantia da participação dos jovens na produção de bens culturais, disponibilizar ao jovem o acesso a locais e eventos culturais, incentivo à movimentos juvenis e atividades culturais, valorização da capacidade criativa do jovem em relação a projetos culturais, promover programas educativos e culturais, promover inclusão digital, entre outros.

O artigo 23 do Estatuto da Juventude, assegura aos jovens de até 29 anos, pertencentes à família de baixa renda e aos estudantes, o acesso a salas de cinema,

²⁵ <https://actbr.org.br/cqct>

²⁶ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/28/lei-antifumo-completa-dez-anos-e-reduz-numero-de-fumantes-em-sp.ghtml>

cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo território nacional.

Em resumo, o direito à cultura para as juventudes é essencial para o crescimento e o bem-estar dos jovens, promovendo a diversidade cultural, a liberdade de expressão e a participação ativa na vida cultural da sociedade. Garantir esse direito é fundamental para promover uma sociedade mais inclusiva e democrática, onde os jovens possam desenvolver todo seu potencial.

VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;

O direito à Comunicação e a Liberdade de Expressão para as juventudes, são fundamentais para o pleno desenvolvimento e participação ativa dos jovens na sociedade.

De acordo com o artigo 26 do Estatuto da Juventude, o jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Seguindo no artigo 27, consta que o poder público contribui com ações para a efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão com algumas medidas, como, incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão, promover a inclusão digital dos jovens por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens e levar em consideração a acessibilidade para aqueles com deficiência, incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem e garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência.

Em resumo, o direito à comunicação e liberdade de expressão para as juventudes são componentes essenciais da participação cidadã, empoderamento e desenvolvimento pessoal dos jovens. Eles desempenham um papel crítico na construção de sociedades democráticas e inclusivas, onde os jovens podem contribuir para o diálogo público e a busca por soluções para os desafios que enfrentam.

VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer;

Direito ao Desporto e ao Lazer, refere-se à importância de garantir que os jovens tenham acesso a atividades esportivas e de lazer como parte de seu desenvolvimento e bem-estar. Garantia ao acesso igualitário, desenvolvimento físico e mental, desenvolvimento social, expressão e criatividade, prevenção de comportamentos de risco, aprendizado de valores e ética, acesso a instalações e recursos e participação em políticas de decisão.

O artigo 28 do Estatuto da Juventude, diz que o jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto e participação. Esse direito à prática esportiva, deve considerar as condições dos jovens de pessoas em desenvolvimento.

Segundo no artigo 29, diz que a política pública de desporto e lazer destinada aos jovens deverá considerar a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física, a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade, a valorização do desporto e do paradesporto educacional e a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer.

É dever de todas as escolas buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas, onde é afirmado no artigo 30 do Estatuto.

Em resumo, o direito ao desporto e lazer é essencial para o desenvolvimento físico, mental e social dos jovens, promovendo valores positivos e contribuindo para a sua inclusão na sociedade. Garantir o acesso equitativo a atividades esportivas e de lazer é fundamental para o bem-estar e a realização plena das juventudes.

IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;

A 10ª seção do Estatuto da Juventude traz em seus princípios, dos artigos 34 ao 36, a educação ambiental, o direito da sustentabilidade e o usufruto da sustentabilidade como um direito e dever constitucional de todos, além de prever o estímulo para formação de redes e coletivos jovens de preservação ambiental. Eles se relacionam aos objetivos mais amplos por abordarem as ODS 6, 7, 11, 12 e 14, devido à natureza geral e coletiva de preservação ambiental e promoção de qualidade de vida. O propósito geral desses ODS em um grande eixo

é o de “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. As metas específicas para alcançar os mesmos passam por:

6.1 Redução das desigualdades

Garantir o acesso de todos à habitação digna, segura, adequada, a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar as favelas, proporcionando o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Com base no Plano Municipal de Habitação, elaborado em 2016 e atualizado em 2018, o déficit projetado é de 358 mil moradias, com cerca de 830 mil domicílios em situação precária totalizando 1,2 milhão de famílias²⁷.

A constituição brasileira garante o pleno direito à moradia, e o Estatuto da Cidade confere a função social à propriedade, assim como a sustentabilidade e preservação ambiental à longo prazo. Os mecanismos do Plano Diretor das cidades podem oferecer caminhos interessantes para o desenvolvimento dessas metas em conjunto com a sociedade, levantando as necessidades de cada região.

6.2 Sustentabilidade, empreendedorismo e desenvolvimento econômico

Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza. Além dos princípios constitucionais de participação social e de transparência, a difusão de informações acessíveis ganha aqui o caráter de ferramenta para o desenvolvimento de turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais, melhora a educação e aumenta a conscientização. Em São Paulo, existe a iniciativa do pólo de ecoturismo nos distritos de Parelheiros, Marsilac até os limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Bororé-Colônia²⁸. Somente as duas APAs inseridas no polo - Capivari-Monos e

²⁷<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sp-tem-deficit-de-358-mil-moradias-e-1385-imoveis-ociosos.shtml>; <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/quase-12-milhao-de-familias-vivem-em-situacao-precaria-em-sp.shtml>

²⁸<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2014/1595/15953/lei-ordinaria-n-15953-2014-dispoe-sobre-a-criacao-do-polo-de-ecoturismo-nos-distritos-de-parelheiros-e-marsilac-ate-os-limites-da-area-de-protecao-ambiental-borore-colonia-e-da-outras-providencias>

Bororé-Colônia representam 20% do mapa paulistano, de riquezas naturais, culturais e históricas, que movimentam a economia local e o desenvolvimento sustentável da região.

6.3 Instituições, participação política e sociedade civil

Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento. Segundo o ranking nacional de saneamento em 2018, São Paulo fica em 19º lugar, com o maior número de novas ligações e de volume de tratamento de esgoto. Mas a cidade ainda perde muito volume de água com vazamentos e perdas de distribuição.

Ainda no saneamento, ressalta-se a relevância da questão do gerenciamento de resíduos sólidos, o popular lixo. Os resíduos, além das problemáticas sanitárias e ambientais quando mal geridas, podem trazer grandes potencialidades de emprego e renda para a população - empregos como manutenção, varrição, separação de resíduos, cargos administrativos, pesquisadores, engenheiros, educadores e conscientizadores ambientais e empreendedores. O município de São Paulo conta com duas grandes usinas de reciclagem que atualmente operam abaixo da sua capacidade produtiva²⁹. Assim, torna-se imprescindível fomentar as cooperativas de materiais recicláveis, aumentar a área de cobertura de coleta e a sensibilidade da população para que projetos como os Ecopontos e o Recicla Sampa tenham sua eficiência ampliada.

X - Direito ao Território e à Mobilidade;

O direito ao Território e à Mobilidade, refere-se à importância de garantir que os jovens tenham acesso a espaços geográficos seguros, oportunidades de deslocamento e participação ativa na sociedade.

De acordo com o artigo 31 do Estatuto da Juventude, o jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias.

²⁹<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/17/cidade-de-sp-tem-duas-usinas-de-reciclagem-que-opera-m-abaixo-da-capacidade.ghtml>

Seguindo o artigo 32, no sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação que existe a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículos para jovens de baixa renda, a reserva de 2 (duas) vagas por veículo com desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, para os jovens de baixa renda, a serem utilizadas após as vagas previstas anteriormente.

O artigo 33 diz que a União envidará esforços, em articulação aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para promover a oferta de transporte público subsidiado para jovens, com prioridade para jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade.

Em resumo, o direito ao território e a mobilidade para as juventudes são essenciais para seu desenvolvimento pessoal, social e econômico. Eles permitem que os jovens explorem o mundo, acessem oportunidades, contribuam para suas comunidades e participem plenamente na vida da sociedade. Garantir esses direitos é fundamental para o bem-estar e o empoderamento das juventudes.

Incentivo para que as empresas se estabeleçam nas periferias.

Incluir na legislação cotas ilimitadas para o passe livre estudantil, conforme Artigo 11 do Estatuto da Juventude, possibilitando o acesso à educação, dentro e fora da escola, ocupando os espaços públicos da cidade e tendo acesso à cultura e à cidadania, sendo reconhecidas as modalidades de ensino diversas.

Criar novas Habitações de Interesse Social (HIS), priorizando o Programa Municipal de Autogestão regulamentado pela Lei nº 16.587/16 destinar recursos para a moradia dos jovens em áreas próximas às universidades e aos postos de trabalho, priorizando os imóveis ociosos e/ou já ocupados e fazendo cumprir a função social da propriedade.

XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça;

Alinhado aos ODS 16 e 17, os temas deste eixo são centrais para a promoção à vida, ao acesso à justiça e à criação de instituições eficientes. não só para os objetivos específicos, mas para a efetivação de todos os temas propostos até aqui. A 11ª seção, do Estatuto da Juventude trata do Direito à Segurança Pública e do Acesso à Justiça, definindo os papéis da União, Estados e Municípios na promoção de políticas eficazes para a proteção da juventude

contra a violência, de políticas de segurança pública e de acesso facilitado ao sistema de justiça. Em seus princípios gerais, o Estatuto cria o Sistema Nacional de Juventude para institucionalizar e fiscalizar a execução das práticas intersetoriais de juventude.

7.1 Violência, saúde e vulnerabilidade

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade respectivas. O Atlas da Violência 2019³⁰, destacou que aproximadamente 54% dos homicídios no Brasil em 2017 (35.783) vitimaram jovens. Vale ressaltar também que o valor de homicídios no país encontra-se bem acima do estipulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para ser considerado como epidemia - taxas de homicídio superiores a 10 homicídios a cada 100 mil habitantes.

7.2 Acesso universal a direitos fundamentais

Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento, promovendo o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantindo a igualdade de acesso à justiça para todos. Existem políticas e equipamentos públicos que trabalham no desenvolvimento desta meta da Agenda 2030, como o Poupatempo³¹ e o Descomplica SP³².

7.3 Instituições, participação política e sociedade civil

Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis. Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis. Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global. Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

O Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) é um componente fundamental do Estatuto da Juventude no Brasil. Ele foi criado para promover políticas públicas e ações

³⁰http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

³¹ <https://www.poupatempo.sp.gov.br/>

³² <https://descomplicasp.prefeitura.sp.gov.br/>

específicas voltadas para os jovens do país. O SINAJUVE é uma estrutura de coordenação e articulação entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil, com o objetivo de garantir a implementação efetiva das políticas de juventudes.

De acordo com o artigo 41 do Estatuto da Juventude, é de competência da União formular e coordenar a execução da Política Nacional de Juventude, coordenar e manter o Sinajuve, estabelecer diretrizes sobre a organização e o funcionamento da Sinajuve, elaborar o Plano Nacional de Políticas de Juventude em parceria com todos os níveis de governo e a sociedade civil em especial a juventude, convocar e realizar em conjunto com o Conselho Nacional de Juventudes as Conferências Nacionais de Juventude, prestar assistência técnica e suplementação financeira aos níveis de governo para o desenvolvimento de seus sistemas, financiar com os demais entes federados a execução das políticas públicas de juventudes, estabelecer formas de colaboração com os níveis de governo para a execução dessas políticas públicas e garantir a publicidade de informações sobre repasses de recursos para financiamento das políticas públicas de juventudes.

Seguindo o artigo 42 que afirma que as competências do Estado são, coordenar em âmbito estadual o Sinajuve, elaborar os respectivos planos estaduais da juventudes, criar e desenvolver ações e projetos para a execução de políticas públicas de juventude, convocar e realizar em conjunto com a o Conselho Estadual as Conferências Estaduais de Juventudes, editar normas complementares para a organização e o funcionamento do Sinajuve, estabelecer com a União e os Municípios formas de colaboração para a execução das políticas públicas de juventudes e cofinanciar os demais entes federados a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventudes.

O artigo 43 mostra as competências dos Municípios que são, coordenar em âmbito municipal o Sinajuve, elaborar os respectivos planos municipais de juventudes, criar e desenvolver programas, ações e projetos para a execução de políticas públicas de juventudes, convocar e realizar em conjunto com o Conselho Municipal De Juventudes as Conferências Municipais de Juventudes, editar as normas complementares para a organização do Sinajuve em âmbito municipal, cofinanciar com os demais entes federados a execução de programas e

projetos das políticas públicas de juventude e estabelecer mecanismos de cooperação com os Estados e a União para a execução das políticas públicas de juventudes.

O artigo 45 do Estatuto das Juventudes diz que os conselhos de juventudes são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar das políticas de juventudes e da garantia do exercício dos direitos do jovem.

O CMDJ, Conselho Municipal dos Direitos da Juventudes, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº 16.120 de 14 de janeiro de 2015 que a ele confere nova disciplina, tem como objetivos: colaborar com a elaboração e a execução de políticas voltadas para o atendimento das necessidades da juventude de São Paulo, junto à Administração Municipal e seus órgãos; advogar em defesa da fiscalização e cumprimento de legislação que assegure os direitos dos jovens e estimular a participação da juventude tanto nos órgãos públicos quanto nos movimentos sociais.

Em resumo, o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) é uma estrutura institucional criada pelo Estatuto da Juventude no Brasil, cujo objetivo principal é coordenar e articular políticas públicas voltadas para os jovens, com ênfase na participação ativa desses jovens na tomada de decisões e na integração entre diferentes órgãos governamentais e a sociedade civil para promover bem-estar e o desenvolvimento da juventude brasileira.

ANEXO III

Formulário de Inscrição Participantes e Voluntários

Inscrição 4º Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação



A Coordenação de Políticas para Juventude (CPJ) e o Conselho Municipal dos Direitos da Juventude (CMDJ) realizarão a 4ª Conferência Municipal de Juventude da cidade de São Paulo nos dias 23 e 24 de setembro de 2023. A 4ª Conferência - Revalidação será o evento municipal que se propõe a deliberar, junto à sociedade civil, as principais demandas sobre juventude no município, bem como eleger delegados para representar a juventude de São Paulo na Conferências Estadual e Nacional.

PODERÁ PARTICIPAR APENAS QUEM SE INSCREVEU NESSE FORMULÁRIO

PROGRAMAÇÃO

Local: CEU Vila Alpina - Rua João Pedro Lecór, 144 - Vila Alpina

23/09 - 08:00 - 17:00

24/09 - 08:30 - 13:00

E-mail *

E-mail válido

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação
"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

INFORMAÇÕES GERAIS



Descrição (opcional)

Nome Completo *

Texto de resposta curta

Nome Social (se não for o seu caso, deixe em branco)

Nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

Texto de resposta curta

RG (ou RNE) (digite apenas números, sem ponto, vírgula ou traço) *

NO DIA DA CONFERÊNCIA VOCÊ DEVERÁ APRESENTAR O RG OU OUTRO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO

Texto de resposta curta

CPF (digite apenas números, sem ponto, vírgula ou traço)

Texto de resposta curta

Data de Nascimento (atenção para colocar o ano correto) *

Mês, dia, ano



Gênero (como você se identifica) *

-

Etnia (segundo classificação do IBGE) *

- Preta
 - Parda
 - Branca
 - Amarela
 - Indígena
-

É imigrante? (Veio de outro país) *

- Sim
 - Não
-

Você reside no município de São Paulo? *

- Sim
 - Não
-

Você reside em qual região? *

- ARICANDUVA/ CARRÃO/ FORMOSA
 - BUTANTÃ
 - CAMPO LIMPO
 - CAPELA DO SOCORRO
 - CASA VERDE/ CACHOEIRINHA
 - CIDADE ADEMAR
 - CIDADE TIBADENTES
-

Telefone Celular *

Texto de resposta curta

Escolaridade *

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

Você é uma pessoa com deficiência? *

- Sim
- Não

Se sim, especifique:

Texto de resposta curta

A sua principal ocupação é: (pode selecionar mais de 1 opção) *

- Só estudo
- Só Trabalho
- Trabalho e Estudo
- Não trabalho e não estudo
- Outros...

Se você trabalha, qual é a modalidade? (Se não trabalha não precisa responder) *

- Trabalho formal (carteira assinada ou servidor público)
- Trabalho informal
- Autônomo
- Outros...

Nessa seção você escolher como deseja participar da 4ª Conferência Municipal de Juventude, de acordo com as opções abaixo



Descrição (opcional)



Em qual categoria de participante você se enquadra?

- **Participante Regular:** Deve ter entre 15 e 29 anos e residir no município de São Paulo. Tem direito à voz, voto e pode se candidatar para ser delegado (representante) do município de São Paulo na Conferência Estadual e Nacional

- **Observador:** Pode ter mais de 29 anos. Terá apenas direito à voz, não tem direito a voto e não pode se candidatar como delegado.

- **Voluntário:** Pessoa que tem interesse em auxiliar com os trabalhos no dia da Conferência. Se tiver idade entre 15 e 29 anos mantém os mesmos direitos do Participante Regular. Se tiver mais de 29 anos, tem os mesmos direitos do Observador.

Participante Regular

Observador

Voluntário

Você faz parte de alguma organização? *

Sim

Não

Se sim, qual?

Texto de resposta curta

Qual dia você vai participar? *

Obs.: Só poderá se candidatar como delegado a pessoa que participar os 2 dias

Obs.: Precisamos de voluntários apenas no dia 1, mas se você se inscreveu como voluntário, poderá participar também do dia 2, se desejar.

Dia 1 - 23/09 - sábado

Dia 2 - 24/09 - domingo

Voluntários



Descrição (opcional)



Você já participou de alguma conferência ou processo de participação social parecido? *

SIM

NÃO

Os voluntários irão auxiliar nessas atividades. Qual você prefere? (pode selecionar mais de uma) *

Facilitador - Irá conduzir os Grupos de Trabalho com outros jovens, organizar as discussões, controlar o ...

Relator - Irá registrar todo o processo de discussão dos Grupos de Trabalho em ata (word ou docs), utiliz...

Apoio - Auxílio no credenciamento, organização do público, transporte de equipamentos e materiais

Grupos de Trabalho



No dia da conferência os participantes serão divididos em Grupos de Trabalho para discutirem e apresentarem as suas propostas. Escolha abaixo qual Grupo de Trabalho mais te interessa, como 1ª e 2ª opção.

1ª OPÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO *

- Grupo de Trabalho A - Eixo I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juv...
- Grupo de Trabalho B - Eixo II - Direito à Educação e Eixo VI - Direito à Cultura
- Grupo de Trabalho C - Eixo III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda
- Grupo de Trabalho D - Eixo IV - Direito à Diversidade e à Igualdade e Eixo VII - Direito à Comunicação e à ...
- Grupo de Trabalho E - Eixo V - Direito à Saúde e Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer
- Grupo de Trabalho F - Eixo IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente e Eixo X - Direito ao Territór...
- Grupo de Trabalho G - Eixo XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

...

2ª OPÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO *

- Grupo de Trabalho A - Eixo I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juv...
- Grupo de Trabalho B - Eixo II - Direito à Educação e Eixo VI - Direito à Cultura
- Grupo de Trabalho C - Eixo III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda
- Grupo de Trabalho D - Eixo IV - Direito à Diversidade e à Igualdade e Eixo VII - Direito à Comunicação e à ...
- Grupo de Trabalho E - Eixo V - Direito à Saúde e Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer
- Grupo de Trabalho F - Eixo IX - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente e Eixo X - Direito ao Territór...
- Grupo de Trabalho G - Eixo XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

ANEXO IV

Fichas de Relatoria Eixos

Grupo A

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo			
Eixo:	Direito à Cidadania, à participação social e política à representação juvenil	Data:	23/09/2023
FC:	Anderson	Início:	10:32

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação
"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

RL:	Edoarda	Fim:	15:53
Nome das(os) Participantes			
I- Phablo Juan II- Pedro Souza III- Caique Campos IV- Pedro Vicente V- Maria Julia da Fonseca VI- Gabriel Motta VII- Efrain Salviano VIII- Giovanni Pereira IX- Levi Castro X- Luiza Martins XI- Ana Clara Siraqui			
GRUPO A: Eixo I - Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; XII - Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.			
Discussões Iniciais - DESAFIOS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Introdução ao eixo, fala sobre a revalidação da conferência; ● Leitura do Estatuto da Juventude, artigos respectivos aos eixos, artigo 4, 5 ● Debata sobre como se deu a construção do estatuto da juventude ● Processo histórico dos espaços para juventude na cidade de São Paulo, incluindo a criação do CMDJ ● Paridade no CMDJ na lei, criado anteriormente ● Alternância de presidência do CMDJ ● Instituições/coletivos representativas atualmente 			
Construção Coletiva			
<ul style="list-style-type: none"> ● Leitura de propostas ● Debata a respeito de competências do poder público ● Opinião sobre propostas que dizem respeito à educação e trabalho e renda 			

- **Garantia de jovens estudantes a espaços públicos e políticos, com garantia**
- **Importância da autonomia juvenil**
- **Juventudes periféricas que trabalham, mas sem acesso à educação**
- **Invisibilidade de jovens**
- **Discriminação**
- **Jovens em população de rua – sem direito a cidadania**
- **Defesa do Grêmio Livre Estudantil – primeiro contato social**
- **Participação social vinculado a deliberação, com participação garantida em conselhos transversais**
- **Pouca participação no CMDJ devido a ser consultivo**
- **Territorializar encontro de jovens pela cidade;**
- **Garantia de participação de jovens vulneráveis ao CMDJ sem ligação com entidades – jovens assistidos por políticas públicas**
- **Criação de GTs de juventudes dentro das subprefeituras**
- **Volta de assessores de juventudes nas subprefeituras para levar políticas públicas para jovens que não tem acesso a informação**
- **Formas do CMDJ chegar nos territórios**
- **Canal de diálogo entre CMDJ e juventudes**
- **Falta de acessibilidade dentro da conferência de juventude**
- **Estabelecer políticas de participação dentro do CMDJ**
- **Difícil acesso a informação das ações que estão sendo ofertadas dentro do CMDJ e CPJ**
- **GTs do CMDJ – Remuneração**
- **Mapeamento de coletivos de juventude em SP**
- **CENSO Municipal juventudes – dados sinajuve**
- **Cadeiras do CMDJ divididas por subprefeituras – sociedade civil**
- **Rede de apoio ao jovem**
- **Histórico de políticas públicas para juventude na cidade de SP - sinajuve**
- **Explicação de Ramirez Lopes sobre o que é o sinajuve**
- **Utilizar mão de obra jovem para implementação do sinajuve**
- **Redes sociais institucionalizado cpj/cmdj**

Propostas/Diretrizes Escolhidas - 2019

1. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Sistematização das diretrizes anteriores no programa "Viva Jovem", visando assegurar o pleno desenvolvimento da criança e adolescente, oferecendo alternativa de plano de vida e autoestima plena.

ALTERAÇÃO OU MANTER: Proposta 1 excluída. Nova redação abaixo

Criação de secretaria de políticas públicas para juventude com orçamento próprio com foco na implementação do plano municipal das juventudes.

2. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Criação de assembleia popular das escolas com a comunidade, para dar abertura às famílias e movimentos sociais ativamente na participação, construção da educação e envolvimento da comunidade local na gestão escolar e nos projetos e programas, com liberdade de expressão garantida na legislação.

ALTERAÇÃO OU MANTER:

Fortalecimento de entidades de representação estudantil, associação de pais e mestres, conselhos escolares, para promover a participação social, envolvimento da comunidade local na gestão educacional e nos projetos e programas, com liberdade de expressão garantida na legislação.

3. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Participação política por meio da alteração da lei que diz respeito ao coeficiente de participação da juventude em seus variáveis recortes racial, de gênero e social nos conselhos e espaços de decisão. Conscientizando e fortalecendo populações de regiões periféricas implementando conselhos distritais.

ALTERAÇÃO OU MANTER:

Garantir que a participação política das juventudes nos conselhos e espaços de decisão seja paritária nos recortes raciais, de gênero e social.
4. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Vinculado aos ODS 11 e 12: fortalecer financeiramente e garantir a autonomia do órgão colegiado municipal de juventude, fazendo cumprir legislações e programas já aprovados como o Plano Diretor, Estatuto da Cidade, Estatuto da Juventude.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
Fortalecer financeiramente e garantir a autonomia do órgão colegiado municipal de juventude, fazendo cumprir legislações e programas já aprovados como o Estatuto da Juventude, Estatuto da Cidade.
5. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Criação de secretaria de políticas públicas para juventude com orçamento próprio com foco na implementação do plano municipal das juventudes.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
Mantém a proposta na 01
6. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Criação de programa que realiza busca ativa de jovens vítimas de violências e em situação de vulnerabilidade e o encaminhamento para os órgãos de acolhimento responsáveis.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
Mantém – <i>Eixo Sinajuve</i>
7. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Divulgação de materiais relacionados aos direitos das juventudes.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
Promoção de ações multiculturais que visem a divulgação massiva dos direitos das juventudes.

8. (Eixo I - Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil) - Facilitar participação e inscrição de jovens em editais, programas e projetos promovidos pela prefeitura
ALTERAÇÃO OU MANTER:
Incentivar participação e inscrição de jovens em editais, programas e projetos promovidos pela prefeitura
NOVAS PROPOSTAS:
<p>9. Criação de um banco de memórias no SINAJUVE e resgate de políticas públicas para as juventudes exitosas anteriormente;</p> <p>10. Estruturar e fortalecer o SINAJUVE com mão de obra qualificada e multiprofissional através de programas de extensão do ensino básico, universitária, técnico e tecnológico. Bem como a criação de um censo paulistano que aglutine dados sobre a juventude da cidade e de iniciativas para as juventudes paulistanas, em parceria com o Centro de Estudos e Memórias da Juventude.</p> <p>11. O sistema nacional de juventude deve elaborar o fundo nacional de juventude de orçamento para as juventudes, baseado na divisão tripartite, entre união, estado e municípios, a exemplo do FUNDEB.</p> <p>12. Promover a representatividade de juventudes, através da Coordenação de Políticas para a Juventude (ou órgão que venha a substituir), onde os jovens lotados nas subprefeituras da cidade de São Paulo assumirão o papel de articulador territorial, levando demandas da base para o Poder público e atuando como fomentadores de políticas públicas voltadas para as juventudes.</p>

Grupo B

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo			
Eixo:	Direito à Educação e à Cultura	Data:	23/09/2023
FC:	Thaina Pedroso	Início:	10:40

RL:	Vitória Borges	Fim:	16:30
Nome das(os) Participantes			
I- Thainá Pedroso II- Stephany de Novais III- Myrella de Novais IV - Raphael Silvestre Barros V - Amanda Francisca VI - Ana Carolina Barbosa VII - Karine Maciel VIII - Ariadne de Lima IX - Theo Garcia M. da Silva X - Júlia Silva Gomes XI - Thais Cristine da Silva XII - Gustavo Teles XIII - Candy Amora de Souza XIV - Thainara Sabrine dos Santos Souza XV - Bianca Borges dos Santos XVI - Hector da Silva Batista XVII - André Galifoni XVIII - Matheus Gomes XIX - Gustavo Alexandre da Silva Pedro XX - Jhonatan Ferreira Alencar XXI- Isabela Coimbra Hitoni XXII - Emerson Souza dos Santos XXIII - Jennifer Nicolly da Silva Costa XXIV - Camila Cristina Lones da Silva XXV - Vitória Caroline Feitosa Alves XXVI - Rita de Cássia de Almeida Souza XXVII - Ana Caroline Cordeiro Barbosa			
GRUPO B:			
Eixo II - Direito à Educação; Eixo VI - Direito à Cultura.			
Discussões Iniciais - DESAFIOS			
Na primeira sessão, foram discutidas propostas relacionadas à cultura e educação. Os tópicos abrangiam a relação entre escolas e universidades, a inclusão de pessoas com deficiência e a promoção do esporte. Também houve debates sobre a			

generalidade vs. especificidade das propostas e a importância de vincular as propostas ao tripé da educação: cultura, extensão e algo não especificado.

Na segunda sessão, foram discutidas propostas sobre a cultura pública e gratuita, reorganização das leis, aprovação unânime da Proposta 11 e várias outras propostas relacionadas à cultura, educação e legislação. Houve sugestões de fusão de propostas, reformulação e inclusão de elementos específicos em cada proposta. Destacou-se a aprovação unânime da Proposta 11.

Essas sessões forneceram uma visão abrangente das discussões sobre cultura e educação, abordando uma variedade de tópicos e propostas.

Construção Coletiva

- Criação de nova proposta sobre a bncc
- Criação de uma nova proposta sobre a mensalidade das universidades privadas
- .Moção contra a importunação sexual no ambiente universitário e pelo fim da violência contra a mulher

Propostas/Diretrizes Escolhidas - 2019

1. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Diálogo informacional dinâmico e didático de estudantes da saúde e direito com jovens, sob remuneração de entidades complementares e estágio não remunerado.

ALTERAÇÃO OU MANTER: Junção

Nova redação da proposta: Sistematização da oferta de atividades de extensão desempenhadas por estudantes do ensino superior em geral para prestação de serviços de assistência e apoio relacionados às respectivas áreas do conhecimento por um programa institucional da Prefeitura, sob a forma de bolsa estágio e/ou compensação por horas complementares

2. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Sistematização dessas clínicas e oficina em um

programa institucional da prefeitura na rede pública municipal de ensino, contando com estudantes, com bolsa no ensino superior, ofertadas pelo poder municipal, para atuarem no programa.

ALTERAÇÃO OU MANTER: Junção

Nova redação da proposta: Sistematização da oferta de atividades de extensão desempenhadas por estudantes do ensino superior em geral para prestação de serviços de assistência e apoio relacionados às respectivas áreas do conhecimento por um programa institucional da Prefeitura, sob a forma de bolsa estágio e/ou compensação por horas complementares

3. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Em todas as redes de ensino tenha-se um profissional apoiador e que se tenha um material adaptado de acordo com as necessidades de cada jovem com deficiência.

ALTERAÇÃO OU MANTER: Alteração

Nova redação da proposta: Garantia dos recursos humanos e instrumentos materiais e imateriais para a Efetivação do decreto nº 57.379 de 2016 que institui a política paulistana de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

4. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Ampliação da verba e criação de programas no contra turno e de sustentabilidade, como a coleta seletiva e horta na escola, que estimulem o jovem a conhecer cultura, esporte e atividades complementares em parceria com as redes públicas, reconhecendo as necessidades da efetivação e fiscalização de inclusão total das pessoas com deficiência

ALTERAÇÃO OU MANTER: Alteração

Nova redação da proposta: Ampliar e potencializar instrumentos que visem corroborar para uma formação e educação integral. Propor programas, ações, mecanismos, equipamentos e aparelhos que viabilizem as juventudes (em todas as suas necessidades, especificidades e subjetividades) a garantia da efetivação ao pleno acesso ao direito à cultura e à educação.

5. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Valorização dos profissionais da educação com aumento salarial, e promover a formação ampla e continuada dos educadores, da equipe gestora e dos funcionários públicos para temas como: gênero, sexualidade, diversidades socioculturais, saúde mental, sustentabilidades e o ensino da história da África (Lei Federal 10.639).

ALTERAÇÃO OU MANTER: Alteração
<i>Nova redação da proposta: Valorização dos profissionais da educação com aumento salarial, e promover a formação ampla e continuada dos educadores, da equipe gestora e dos funcionários públicos para temas como: gênero, sexualidade, diversidades socioculturais, saúde mental, educação política, digital e midiática, sustentabilidade e o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana (n° 10.639) e indígena (11.645)</i>
6. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Priorizar e garantir vaga na unidade de ensino pública mais próxima a residência do aluno, e fiscalizar que não exista superlotação em sala de aula.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterada
<i>Nova redação da proposta: Criação de plano de redistribuição de ofertas de vaga por meio de construção de novos prédios escolas na garantia do cumprimento da lei que prevê a quantidade de alunos por sala de aula e o direito do estudante matricular-se na escola próxima a sua residência.</i>
7.(Eixo II - Do Direito à Educação) - Desenvolver programas municipais de acesso ao ensino superior e a ciência, tecnologia e inovação para jovens de baixa renda.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta: Retomada de programas de acesso e permanência em cursinhos populares e criação de um programa municipal de acesso a universidades privadas por meio de bolsas parciais e integrais a partir de ações afirmativas para estudantes de escolaridade pública, baixa renda, trans, PCDs e PPI, como sua permanência por meio da garantia do passe-livre e outros auxílios que visem o direito à permanência estudantil.</i>
8. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Garantir igualdade educacional por meio do fundeb renovado, ampliado e permanente.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Substituída
<i>Nova redação da proposta: Fiscalizar a oferta do ensino EAD nas universidades privadas para garantir que a cobrança das mensalidades seja contadas sem exceder a oferta do ensino a distância em relação ao ensino presencial, previsto em portaria 2117</i>
9. (Eixo II - Do Direito à Educação) - Avanço e implementação de CCAs e creches em

período integral.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alteração
<i>Nova redação da proposta: Fomentar e ampliar aparelhos multifuncionais de cultura e educação que visem garantias de complementações e continuações, a fim de assegurar o desenvolvimento pleno das pessoas sujeitas, em sua formação cidadã e de valores.</i>
10. (Eixo VI - Do Direito à Cultura) - Parceiros e convênios com SISEM (estadual), fábricas de culturas e outros instrumentos da cultura nas escolas da rede municipal nos finais de semana.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alteração
<i>Nova redação da proposta: Fomentar calendário que incentive a integração das juventudes com aparelhos de cultura como as casas de cultura, órgãos públicos municipais, projetos comunitários locais e produção cultural nas escolas da rede municipal com participação e condução das juventudes.</i>
11. (Eixo VI - Do Direito à Cultura) - Pontos culturais descentralizados
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alteração
<i>Nova redação da proposta: Fomentar a descentralização dos aparelhos culturais e viabilizar a valoração e a territorialidade dos quais são inseridos, garantindo o fomento público e gratuito. Ampliar e garantir a democratização do acesso à cultura para as juventudes.</i>
NOVA PROPOSTA:
12. Garantir intervenções artísticas, movimentos e eventos culturais para além dos equipamentos públicos culturais, através do mapeamento de artistas independentes e locais, visando a valorização do território, formação artística, capacitação e produção cultural, além de designar esses jovens artistas para o campo profissional dentro da área de atuação.
13. Fomentar a veiculação e fluxos de informação eficazes sobre todos os eventos e equipamentos culturais utilizando de todos meios de comunicação possíveis, incluindo a divulgação de atividades em oficinas, como por exemplo as oficinas de impressões físicas, audiovisual e impressões gráficas.

MOÇÕES

1. MOÇÃO EM APOIO A REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Nos jovens reunidos na 4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo nos posicionamos pela revogação do Novo Ensino Médio somando às manifestações de entidades acadêmicas, entidades estudantis, entidades de profissionais de educação, educadores, estudantes e pais de estudantes/as em todo país.

O Novo Ensino Médio desconsidera totalmente as disciplinas de sociologia, filosofia, história, geografia, física, química, ciências biológicas, artes entre outros conhecimentos básicos para a formação dos jovens, desconsiderando o anseio da sociedade e ouvindo somente os setores empresariais.

Por meio dos itinerários formativos (que representam 40% da carga horária), foram introduzidos conteúdos completamente distintos e desconectados dos interesses de desenvolvimento do estudante e de preparo para o exercício da cidadania.

Isso retira dos estudantes do Novo Ensino Médio da necessária apropriação dos saberes historicamente construídos pela humanidade, aprofundando as desigualdades sociais e educacionais, ao desorganizar os currículos das escolas de tal maneira, que não haja duas escolas de ensino médio que ministrem conteúdos similares, ainda que sejam no mesmo bairro.

Além disso, a precariedade infra estrutural, de equipamentos e de pessoal das escolas públicas brasileiras (responsáveis por 80% da matrícula na Educação Básica) tem muitas vezes obrigado os estudantes à percorrer um único itinerário formativo ou dispende seu tempo de escolarização com propostas de como “fazer brigadeiros”, “jogar RPG”, saber “empreendedorismo” e seus “projetos de vida” e outras propostas que substituem conhecimento por informação.

Tanto os fundamentos quanto a implementação do Novo Ensino Médio estão distantes no direito à educação, também nas aspirações legítimas de cientistas, educadores, estudantes e pais de alunos/as em todo país, que não foram ouvidos durante a imposição, no ano de 2016, da medida provisória que propunha novas diretrizes para o Ensino Médio no Brasil.

Sendo assim, não se trata agora de reformular a reforma que implementou o Novo Ensino Médio, mas de frear urgentemente seus efeitos deletérios, revogando-a, com a conclamação de um amplo debate social e político, uma vez que um projeto de nação é indissociável de um projeto educacional

2. Moção contra a importunação sexual no ambiente universitário e pelo fim da violência contra a mulher

Dezenas de estudantes de medicina da Universidade de Santo Amaro praticaram masturbação coletiva durante jogo de vôlei feminino. A juventude de São Paulo repudia esse lamentável episódio que ocorre em um espaço que deveria ser de integração e acolhimento.

No dia 22 de setembro, nos reunimos em manifestação em frente à UNISA para mostrar nossa indignação com o que aconteceu no INTERMED e nos unimos a todos aqueles que desejam lutar contra essas atrocidades. A universidade também é nosso lugar e não nos calaremos diante da impunidade contra agressores. Seguiremos combatendo a violência contra a mulher e qualquer forma de violência.

3. Moção de apoio e solidariedade à greve dos estudantes, docentes e funcionários da Universidade de São Paulo pela contratação de professores e ampliação da assistência estudantil

A juventude paulistana presta apoio e solidariedade à greve e às paralisações de estudantes, docentes e funcionários da Universidade de São Paulo (USP) pela contratação de mais professores.

Segundo a Associação de Docentes da USP (Adusp), desde 2014 a Universidade perdeu mais de 1000 professores, gerando um déficit de 17,5% no quadro de funcionários docentes.

Diante do fechamento de diversas disciplinas, inclusive obrigatórias, gerado pela falta de professores, os estudantes da USP iniciaram uma greve pela contratação de professores, logo apoiada pelos sindicatos de docentes e funcionários da universidade.

Apoiamos e nos solidarizamos com a greve, mobilização e paralisação dos alunos até que a Reitoria da USP se comprometa em cobrir o déficit docente, evitar futuras defasagens e reformular a política de permanência estudantil, adotando as propostas de ampliação sugeridas pelos estudantes.

Grupo C

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo			
Eixo:	III – Direito á profissionalização, ao trabalho e a Renda	Data:	23/09/2023
FC:	Monique Hellen Alves da Silva	Início:	10:35

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação

"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

RL:	Julia Asheley Lima de Almeida	Fim:	15:46
Nome das(os) Participantes			
I- Jose Ulisses Bezzera de França II- Anderson Fabricio dos Santos Junior III- Sabino Anderson Silva Rocha			
GRUPO C:			
Eixo III - Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda.			
Discussões Iniciais - DESAFIOS			
<ul style="list-style-type: none"> ● Formação com incentivo (capacitação) para logo após ter um trabalho. ● Promoção e conscientizar a juventude após os 24 anos, ● Promover políticas transversais de formação com transferência de renda garantindo o subsídio 			
Construção Coletiva			
<ul style="list-style-type: none"> ● Promover a geração de emprego para jovens acima da idade para exercer o cargo de jovem aprendiz 			
Propostas/Diretrizes Escolhidas - 2019			
1. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Abertura semestral e regular de estágios na área de saúde para a juventude.			
ALTERAÇÃO OU MANTER: Tirar			
<i>Nova redação da proposta</i>			
2. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Redução da carga horária máxima para jovens aprendizes, estagiários e trabalhadores sem a redução do salário, conciliando as férias do jovem trabalhador junto às férias escolares.			
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar			
<i>Nova redação da proposta:</i>			
Redução da carga horária máxima para jovens, estagiários e trabalhadores sem a			

redução do salário, conciliando as férias do jovem trabalhador junto às férias escolares. <i>“Quando for o caso, do jovem ser estudante ou quando for responsáveis legais de crianças e adolescentes”</i>
3. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Ter auxílio jurídico gratuito para jovens de 15 a 29 anos, relacionado a questões trabalhistas.
ALTERAÇÃO OU MANTER: alterar
<i>Nova redação da proposta; Abrir departamentos, dentro dos serviços públicos, voltados a juventudes, com a Implementação do CATjovem, como proposto na pl 01-00536/2022</i>
4. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Alterar a legislação de cotas para que se tenha uma maior proporção de PCDs em relação a quantidade de trabalhadores
ALTERAÇÃO OU MANTER: Manter
<i>Nova redação da proposta</i>
5. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Ter um plano detalhado de fiscalização sobre as condições de trabalho, que seja constante e transparente com boletins mensais.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Tirar
<i>Nova redação da proposta</i>
6. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Regularização dos aplicativos que atendam a critérios da CLT.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta; acrescentar “para que atendam”</i>
7.(Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Que seja promovida campanhas para esclarecimento e informação acerca do modelo de contrato da Pessoa Jurídica e contrato CLT.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta: “esclarecimentos para melhores entendimentos”</i>

8. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Promover e incentivar iniciativas de economia solidária e cooperativa na cidade de São Paulo.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta: “A partir de capacitação, profissionalização e transferência de renda em forma de apoio a projetos de economia solidaria e de cooperativas garantindo o auxílio jurídico e contábil.”</i>
9. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Elevar a remuneração do jovem aprendiz, tendo como referência de base o salário mínimo.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta: Estabelecer o salario mínimo como base para auxílios pecuniários de jovens aprendizes e estagiários</i>
10. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Promover o desenvolvimento econômico territorialmente em todas as regiões da cidade de São Paulo, garantindo o pleno desenvolvimento de cada região buscando reduzir as desigualdades.
ALTERAÇÃO OU MANTER: manter
<i>Nova redação da proposta:</i>
11. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Capacitação para jovens em medida socioeducativa. Atuação na rede de emprego (Senac, por exemplo). Aumentar e divulgar vagas nas empresas de jovem aprendiz.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta; Ofertar a opção de cumprimento da medida socioeducativas através de processos de profissionalização ofertados por serviços públicos que deverão atuar de forma integrada.</i>
12. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Capacitação para jovens em medida socioeducativa. Atuação na rede de emprego (Senac por exemplo)
ALTERAÇÃO OU MANTER: Excluir
<i>Nova redação da proposta</i>

13. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Política de formação, emprego e renda para juventudes em equipamentos públicos através de editais e/ou concursos públicos específicos. Com recorte de cotas raciais, escola pública e renda máxima de 1,5 sm.
ALTERAÇÃO OU MANTER: alteração
<i>Nova redação da proposta; acrescentar para pessoas trans</i>
14. (Eixo III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda) - Políticas públicas e ações do governo que ajudem e deem subsídios para as pessoas egressas do sistema penitenciário conseguirem ter acesso aos direitos fundamentais, emprego e renda.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta; Ofertar a opção de cumprimento para pessoas egressas do sistema penitenciário através de processos de profissionalização ofertados por serviços públicos que deverão atuar de forma integrada.</i>

MOÇÕES
1.
2.
3.

Grupo D

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo			
Eixo:		Data:	23/09/2023
FC:		Início:	

RL:		Fim:	
Nome das(os) Participantes			
Jéssica, Gabs, Núbia, Yuri, Ana Luisa, Jota, Manoel, Samara, Geovana, Yas, Wallace, Caroline, Cris			
I-			
II-			
III-			
GRUPO D:			
Eixo IV - Direito à Diversidade e à Igualdade; Eixo VII - Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão.			
Discussões Iniciais - DESAFIOS			
•			
Construção Coletiva			
(todas as propostas/diretrizes levantadas)			
•			
Propostas/Diretrizes Escolhidas - 2019			
1. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Garantia de acesso a transição hormonal para pessoas trans, visando a inclusão nas áreas de esportes e cultura, bem como apoio psicológico e acompanhamento parental			
ALTERAÇÃO OU MANTER:			
1. <i>Assegurar o acesso abrangente à assistência médica para mulheres e pessoas trans, especialmente no contexto da saúde sexual, reprodutiva e no processo de transição de gênero, com ênfase na humanização e capacitação das equipes multidisciplinares que atuam nas instalações de saúde.</i>			
2. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Atendimento especializado para a saúde LGBTQ+ e ampliação de informação das redes já existentes.			

ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Excluída</i>
3. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Inclusão de materiais didáticos que tratam das questões LGBTQI, étnico raciais, e de gênero que incluam as questões previstas nos currículos existentes.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
Estabelecer uma comissão encarregada de promover, avaliar e disseminar materiais educativos focados na sensibilização em relação às questões LGBTQIA+, equidade de gênero e diversidade étnico-racial, bem como na luta contra outras formas de repressão. Esta comissão buscará utilizar materiais educativos em diversos formatos de mídia e estabelecer parcerias com coletivos e organizações existentes que defendem as causas mencionadas.
4. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Treinamento de equipes médicas para o cuidado especializado com a saúde das mulheres cis e trans, como o acompanhamento de tratamentos hormonais para prevenção de possíveis complicações e a prevenção da gravidez na adolescência.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Mesclou com a primeira proposta</i>
5. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Criação de campanhas e cursos de formação em espaços públicos que enfatizem a escolha do “ser mãe” e do casamento, principalmente precoce, e acerca de temas como gênero, feminismo e masculinidade.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Implementar e promover campanhas e espaços educacionais dedicados ao debate sobre direitos sexuais e reprodutivos.</i>
6. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Promover campanhas de incentivo ao ingresso das mulheres em campos de ciência e tecnologia.
ALTERAÇÃO OU MANTER:

<i>Incentivar o financiamento de programas de formação e capacitação em ciência e tecnologia para mulheres, pessoas trans, pessoas racializadas e moradoras de áreas periféricas.</i>
7.(Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Fortalecer os Centros de Referência da Mulher e mapear as regiões com mais casos de violência contra as mulheres cis e trans para abrir mais centros.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Incentivar o financiamento de programas de formação e capacitação em ciência e tecnologia para mulheres, pessoas trans, pessoas racializadas e moradoras de áreas periféricas.</i>
8. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Ampliação e fortalecimento do programa Transcidadania buscando levar mais dignidade e emprego para as mulheres trans em situação de vulnerabilidade.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Ampliar o programa Transcidadania para o âmbito federal, visando melhorar as condições de vida e oportunidades de emprego para pessoas trans e não binárias em situação de vulnerabilidade econômica e social.</i>
9. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Humanização do atendimento para mulheres e meninas negras, livre de preconceitos e garantia de acessibilidade.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Reforçar campanhas de conscientização contra várias formas de assédio e violência.</i>
10. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Criação de campanhas contra a naturalização do assédio e culpabilização da vítima.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Criar e fortalecer espaços de acolhimento para vítimas de violência no município.</i>
11. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Sensibilização dos setores

públicos com a promoção e incentivo de campanhas de conscientização acerca da pessoa com deficiência.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Criar centros de referência para pessoas com deficiência (PCDs) e neurodivergentes, com o objetivo de promover políticas de saúde e apoio, bem como promover a conscientização da população sobre a luta por direitos das comunidades supracitadas.</i>
12.(Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Que sejam fomentadas campanhas de incentivo à igualdade de gênero.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
Excluir
13. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Garantir uma legislação e mecanismos de fiscalização que combatam a discrepância entre gêneros.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Desenvolver um relatório anual que rastreie a incidência de violência de gênero no Brasil e criar campanhas de incentivos fiscais para empresas e organizações que promovam a luta contra a violência de gênero em seus espaços.</i>
14. (Eixo IV - Do Direito à Diversidade e à Igualdade) - Selo da prefeitura para empresas que garantem a equiparação salarial.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Acesso a recursos a fim de estabelecer centros de incentivo à participação nas áreas de ciência e tecnologia, fomentando a inclusão digital e participação online.</i>
15. (Eixo VII - Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão) - Wifi na favela.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Promover a criação de um projeto destinado à produção de conteúdo audiovisual nas comunidades periféricas, com o objetivo de promover a inclusão digital.</i>

--

MOÇÕES

- 1.
- 2.
- 3.

Grupo E

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo			
Eixo:	V – Direito à Saúde	Data:	23/09/2023
FC:	Lucas Basso	Início:	10:30
RL:	Sabrina Zanetich	Fim:	16:00
Nome das(os) Participantes I- Leandro da Silva Souza II- Melissa Yasmin Tarrão III- Peter Lucas IV- Laurita Roque			
GRUPO E: Eixo V - Direito à Saúde; Eixo VIII - Direito ao Desporto e ao Lazer.			
Discussões Iniciais - DESAFIOS <ul style="list-style-type: none">● Agravamento da saúde mental pela pandemia;● Falta de informação sobre funcionamento dos programas públicos;● Lazer e saúde são áreas que conversam e o jovem que precisa trabalhar não pensa nessas áreas em sua vida;			

- Dificuldade de mobilidade para jovens periféricos acessarem equipamentos;
- A saúde não é prioridade do jovem e é pouco discutida;
- Esporte na universidade como espaço pra construção e permanência estudantil e potencialização de atletas de alto rendimento no brasil, trazendo senso de saúde para os jovens;
- Falta de programas de esportes dentro de escolas e universidades;
- Juventude quando termina a escola, ou está fora da escola, muitas vezes deixa de ter acesso à comida saudável e nutritiva;
- Crescimento de jovens transmitindo DSTs está crescendo sendo que já foi uma política pública consolidada;
- Desperdício de comida excessivo e grade desigualdade;
- Aumentar a representatividade do jovem para que ele se sinta ouvido;
- Falta de informações de noções básicas de primeiros socorros para as pessoas;
- Alto índice de suicídio;
- Levar ferramentas e conhecimento para os jovens;
- Doenças crônicas vinculadas à alimentação surgindo mais cedo porque os jovens têm menor qualidade de vida;
- Falta de acesso ao lazer nas periferias.

Construção Coletiva

(todas as propostas/diretrizes levantadas)

- Acesso a um salário mínimo para estágio

Propostas/Diretrizes Escolhidas - 2019

1. (Eixo V - Direito à Saúde) - Garantia de um ambiente de trabalho construtivo, que assegure dignidade, saúde e bem-estar para os jovens paulistanos trabalhadores, com abertura semestral e regular de estágios na área de saúde para a juventude

ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar

Nova redação da proposta: Ampliação de vagas de jovem aprendiz e estágio próximos ao território de moraria que assegure dignidade, bolsa-auxílio no valor de um

salário mínimo para os jovens paulistanos trabalhadores, com abertura regular de estágios de áreas diversas em equipamentos públicos e parcerias público-privado.
2. (Eixo V - Direito à Saúde) - Criação de um centro de apoio psicológico ao jovem.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta:</i> Criação de Centros de Apoio Integral à Saúde das Juventudes, abertos em horários acessíveis para jovens trabalhadores, com equipes multidisciplinares. Deverá oferecer: apoio psicológico; realizar atividades de educação em saúde para prevenção de ISTs e gravidez não planejada; e prevenção e acolhimento de vítimas de violência sexual juvenil.
3.(Eixo V - Direito à Saúde) - Programa de apoio psicológico aos jovens nas escolas. Atendimento individualizado e coletivo com profissionais e estudantes da área da saúde, sob supervisão
ALTERAÇÃO OU MANTER: Exclui
<i>Nova redação da proposta:</i>
4. (Eixo V - Direito à Saúde) - Garantir acesso integral à saúde e a inserção de imigrantes na cidade de São Paulo.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta:</i> Ampliação e articulação de novas unidades do Programa CRAI dentro das Subprefeituras.
5. (Eixo V - Direito à Saúde) - Criação de um programa de saúde e bem estar da mulher, a começar com jovens de 15 anos. Assegurando a prevenção e acompanhamento em caso de gravidez.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Exclui
<i>Nova redação da proposta:</i>
6. (Eixo V - Direito à Saúde) - Padrão de atendimento ao jovem.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Exclui
<i>Nova redação da proposta</i>

7.(Eixo V - Direito à Saúde) - Atendimento de psicólogos e assistentes sociais em unidades escolares.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Exclui
<i>Nova redação da proposta</i>
8. (Eixo V - Direito à Saúde) - Criação de campanhas nas escolas de ensino básico e ensino superior ligado à sexualidade, gênero e gravidez na juventude pautando a prevenção de violência sexual infantil, juvenil e os riscos de contaminação de IST's e HIV.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Exclui
<i>Nova redação da proposta</i>
9. (Eixo V - Direito à Saúde) - Criação de equipes multiprofissionais em espaços públicos de forma obrigatória para fornecer atendimento psicossocial a mulheres com profissionais especializados.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Exclui
<i>Nova redação da proposta</i>
10. (Eixo V - Direito à Saúde) - Legalização do aborto.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alteração
<i>Nova redação da proposta:</i> Rede de apoio e proteção à vítima de violência sexual e garantia dos direitos reprodutivos.
11. (Eixo V - Direito à Saúde) - Implementação no município da lei 542/2017 bom prato estudantil.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Manter
<i>Nova redação da proposta</i>
12. (Eixo V - Direito à Saúde) - Criação de um programa de Assistência Jurídica, psicológica e social da Prefeitura, em parceria com as Universidades que já ofertam esse programa presente em, ao menos, todas as subprefeituras.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Excluir
<i>Nova redação da proposta:</i>

13. (Eixo V - Direito à Saúde) - Promoção e discussão de políticas anti-proibicionistas e criação de equipamentos para redução de danos.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta:</i> Fortalecer a política de redução de danos e tratar do tema de políticas anti-proibicionistas como saúde pública ao invés de segurança pública.
14. (Eixo VIII - Do Direito ao Desporto e ao Lazer) - Parcerias e convênios com times profissionais para a realização de clínicas esportivas nas escolas da rede municipal aos finais de semana.
ALTERAÇÃO OU MANTER: Alterar
<i>Nova redação da proposta:</i> Parcerias e convênios com times profissionais para a realização de práticas de modalidades esportivas nas escolas da rede municipal aos finais de semana.
NOVAS PROPOSTAS:
1. (Eixo V - Direito à Saúde) – Ampliação e acompanhamento do Programa Saúde na Escola.
2. (Eixo VIII - Do Direito ao Desporto e ao Lazer) - Implementação do Programa Academias de Saúde.
3. (Eixo VIII - Do Direito ao Desporto e ao Lazer) – Ampliação das Casas de Cultura por todo o Município de São Paulo e aumento de vagas nas atividades culturais oferecidas.

MOÇÕES
1. 2. 3.

Grupo F

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo			
Eixo:	Eixo X – Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; Eixo IX – Direito ao Território e à Mobilidade	Data:	23/09/2023
FC:	Edwin Andrey	Início:	
RL:	Ellen Rocha Ribeiro	Fim:	
Nome das(os) Participantes			
1- Luísa Silva Rafacho 2- Cleide Eduarda Gama da Silva 3- Miguel Martins Fiorelli 4- Victor Richard Alves da Silva 5- Caio			
GRUPO F:			
X - Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; IX - Direito ao Território e à Mobilidade.			
Discussões Iniciais - DESAFIOS			
•			
Construção Coletiva			
(todas as propostas/diretrizes levantadas)			
•			
Propostas/Diretrizes Escolhidas - 2019			
1. (Eixo X - Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente) - Garantia de fiscalização da distribuição e acesso irrestrito e gratuito a uma merenda nutritiva de qualidade para as instituições públicas de ensino tanto na educação básica como na profissionalizante, preferencialmente providas da agricultura familiar local.			
ALTERAÇÃO OU MANTER:			

<i>Proposta 1. A produção provinda da agricultura familiar local, bem como, das hortas urbanas e Peri urbanas, sejam utilizadas na garantia a uma merenda nutritiva de qualidade, de acesso irrestrito e gratuito para as instituições públicas que oferecem o serviço, sobretudo infância e juventude.</i>
(Eixo X – Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente) – Hortas comunitárias verticais em becos e vielas.
ALTERAÇÃO OU MANTER: ela foi inserida na primeira proposta
<i>Nova redação da proposta</i>
3.(Eixo X – Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente) – propostas 2. Priorizar iniciativas de juventude junto às Cooperativas de Catadores, capacitando sua regularização junto aos órgãos municipais, ampliando a oferta de subsídios públicos e promovendo o aumento anual em, no mínimo, 10% dos resíduos sólidos coletados na cidade de São Paulo, até que se alcance o índice de 100% de reciclagem.
ALTERAÇÃO OU MANTER: mantém
<i>Nova redação da proposta</i>
4. (Eixo X – Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente) – Promover, através de iniciativas de juventude, hortas urbanas em espaços públicos, tais como escolas, casas de cultura e praças.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Proposta 3. Promover políticas de juventude para a criação e manutenção de hortas urbanas em espaços públicos, tais como escolas, casas de cultura e praças, a fim de impulsionar o desenvolvimento sustentável.</i>
5. (Eixo X - Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente) - Mapear a efetiva disponibilidade de acesso de água potável, saneamento básico, tratamento de esgoto e energia elétrica para os jovens, especialmente nas periferias de São Paulo, com preço justo e acessível.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Proposta 4. Criar programas de recuperação dos corpos d'água e instalação de infraestrutura de saneamento básico a fim de estabelecer melhor a qualidade das</i>

<i>aguas, bem estar social e minimizar os impactos do racismo ambiental da população de juventudes.</i>
<i>PROPOSTA NOVA 5 : fortalecer e valorizar a economia, cultura, memória e identidade periurbana, não apenas por que esses territórios são aqueles proporcionalmente com mais jovens da cidade, mas também porque a permanência do seu modo de vida tem importância substancial para a preservação ambiental, a produção de alimentos orgânicos e a contenção da expansão horizontal da mancha urbana.</i>
6. (Eixo X - Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente) - Fomentar campanhas de conscientização direcionadas ao público jovem nos espaços públicos (culturais, educacionais, sociais etc) sobre a poluição de córregos e rios e a preservação de suas nascentes, em especial dos rios Tietê e Pinheiros.
ALTERAÇÃO OU MANTER: foi colocada na proposta 5
7. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Incluir na legislação cotas ilimitadas para o passe livre estudantil, conforme Artigo 11 do Estatuto da Juventude, possibilitando o acesso à educação, dentro e fora da escola, ocupando os espaços públicos da cidade e tendo acesso à cultura e à cidadania, sendo reconhecidas as modalidades de ensino diversas.
ALTERAÇÃO OU MANTER: mantém
<i>Incluir na legislação cotas ilimitadas para o passe livre estudantil, conforme Artigo 11 do Estatuto da Juventude, possibilitando o acesso à educação, dentro e fora da escola, inclusive nos cursinhos populares, ocupando os espaços públicos da cidade e tendo acesso à cultura e à cidadania, sendo reconhecidas as modalidades de ensino diversas.</i>
8. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Passe livre para cursinhos gratuitos.
ALTERAÇÃO OU MANTER: inserida na 7
<i>Nova redação da proposta</i>
9. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Incentivo para que as empresas se estabeleçam nas periferias
ALTERAÇÃO OU MANTER:

<i>Diminuir os impactos negativos da espoliação urbana e das longas jornadas do transporte público da juventude periférica, seja construindo habitação de interesse social em área de urbanização consolidadas, seja na descentralização econômica e criação de postos de emprego nas periferias e seja na providência de habitação estudantil próximo a universidades e instituições de ensino.</i>
10. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Designar, com base no Plano Municipal de Habitação em vigor, 25% dos recursos públicos disponíveis para moradia, priorizando o atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social e integrado aos movimentos sociais.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Designar, com base no Plano Diretor Estratégico e no Plano Municipal de Habitação, 25% dos recursos públicos disponíveis para moradia, priorizando o atendimento aos jovens em situação de vulnerabilidade social e integrado aos movimentos sociais.</i>
11.(Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Criar novas Habitações de Interesse Social (HIS), priorizando o Programa Municipal de Autogestão regulamentado pela Lei nº 16.587/16
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Nova redação da proposta</i>
12.(Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Identificar áreas prioritárias para obras de enterramento de fiação na cidade de São Paulo, considerando as regiões com maiores índices de vulnerabilidade social e visando minimizar as fatalidades, que acometem cerca de 30% dos jovens por ano.
ALTERAÇÃO OU MANTER: cancelada e adicionada outra proposta abaixo.
<i>Garantir a execução e ampliação dos "TICPS – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem", na cidade de São Paulo, dando maior relevância as áreas periféricas.</i>
13.(Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Destinar recursos para a moradia dos jovens em áreas próximas às universidades e aos postos de trabalho, priorizando os imóveis ociosos e/ou já ocupados e fazendo cumprir a função social da propriedade.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Nova redação da proposta</i>

14. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Desburocratizar o processo de cadastro do ID Jovem e vincular o programa à disponibilidade de acesso aos modais alternativos de transporte feitos por meio digital, promovendo ao menos 50% de tarifa subsidiada.
ALTERAÇÃO OU MANTER : alterado
<i>Facilitar o processo de cadastro do CAD Único para que jovens tenham mais acesso aos programas sociais como o ID Jovem.</i>
15. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Priorizar uma política de mobilidade metropolitana qualificada e integrada aos diferentes meios de transporte público, visando facilitar a locomoção do jovem paulistano para o centro e nas periferias e, com isso, diminuir o impacto ambiental causado pelo uso de transportes privados.
ALTERAÇÃO OU MANTER: matem
<i>Nova redação da proposta</i>
16. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Criar programa de subsídio para a reforma e/ou ampliação em ocupações e moradias nas áreas de vulnerabilidade social habitada por jovens.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Nova redação da proposta</i>
17. (Eixo IX - Do Direito ao Território e à Mobilidade) - Criação de um formulário, único e simplificado, para a notificação e solicitação de eventos e atividades que ocupem o espaço público e viabilização de estruturas necessárias para realização dos mesmos.
ALTERAÇÃO OU MANTER:
<i>Nova redação da proposta</i>
PROPOSTA NOVA: <i>Expandir as Universidades Públicas para territórios periféricos a fim de facilitar o ingresso dos jovens na universidade, causando um impacto positivo na</i>

região.

MOÇÕES

- 1.
- 2.
- 3.

Grupo G

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo			
Eixo:	SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA	Data:	22/09/2023
FC:	MYLENNASOUZA LIRIO	Início:	10:40
RL:	ELISSANDRAPATRICIA MELO	Fim:	
Nome das(os) Participantes I- Guilherme Teixeira Santos II-Andrea Passos de Oliveira Campos III-Laila Vieira Morello IV-Danton Mello e Silva			
GRUPO G: Eixo XI - Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.			
Discussões Iniciais – DESAFIOS Para começar, foram realizadas reflexões sobre o eixo, com base nos materiais de apoio e dados públicos sobre a situação das juventudes em São Paulo, nos territórios e presídios. Bem como foram levantados dados desde 2019, e a pioras percebidas durante e pós-pandemia. Palavras-chave. *Insegurança social, precarização da política de segurança pública, *Atual panorama da sociedade em situação de vulnerabilidade, *Foco na Prevenção e não Resultado *Cárcere, CDP, ausência do Estado.			

4ª Conferência Municipal de Juventude de São Paulo - Revalidação

"Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver"

Construção Coletiva

Proposta de encaminhamentos: elencar as ideias e principais temas de reflexão em eixos, e elaborar ou ratificar as propostas no segundo momento pós almoço.

Atuação das Polícias

Combate efetivo contra o assassinato da população pobre preta e periférica

Obrigatoriedade de câmeras nas fardas de todo o efetivo.

Criação de observatório da juventude para acompanhar a atuação da polícia especialmente em localidades onde há maior índice de pessoas em situação de rua.

Formação e preparo e controle da conduta praticada em serviço.

Reformulação na formação das polícias e mentalidades antidemocráticas, racistas, elitistas e etc.

Divulgação dos dados à população, cobrados pelos conselhos, maior pressão da sociedade Civil

Preparo de abordagem, acolhimento e proteção das vítimas

Desmilitarização

Rever condições de trabalho, equipamento e amparo psicológico dos policiais

Divulgação das corregedorias

Responsabilização dos Altos Comandos sobre chacinas e outros fatos similares

Proibição das operações de chacina

Desencarceramento e acesso à justiça

Aumento dos efetivos da defensoria

Revisão de penas e cárceres provisórios com mutirões

Superação do estado de coisas inconstitucionais nos presídios e CDPs no Brasil

Definir metas de desencarceramento

Acompanhamento dos processos licitatórios de serviços nos presídios, para fiscalização das condições

Garantia de direitos fundamentais

Ciclos de violência contra a mulher/ Violência de gênero

Mais delegacias da mulher e 24 horas (com efetivos preparados)

Ciclos de formação de agentes públicos que trabalhem com os espaços

Mais centros de acolhimento

Celeridade processual, manifestação do MP em razão da vulnerabilidade da mulher

Inclusão da violência patrimonial nos processos com métodos de apuração e proteção com métodos de apuração e proteção

Atendimento diferencial para mulheres trans

Medida protetiva com maior prazo de validade e celeridade na renovação

Medidas efetivas contra o sistema de morte da população LGBTQIAP+
Propostas/Diretrizes Escolhidas - 2019
1. (Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Criação de uma categoria especializada em segurança comunitária escolar preventiva.
ALTERAÇÃO OU MANTER: MANTER
<i>Nova redação da proposta</i>
2. (Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Aumentar o número de delegacias da mulher que funcionem 24 horas para cada subprefeitura de São Paulo e criação da Patrulha Maria da Penha.
ALTERAÇÃO OU MANTER: ALTERAR
<i>Aumentar o número de delegacias da mulher, que funcionem 24 horas para cada subprefeitura de São Paulo e criação da Patrulha Maria da Penha; Ciclos regulares de formação para agentes públicos que trabalhem nestes espaços e em centros de acolhimento, estabelecer uma portaria no regimento da segurança pública que garanta atendimento diferencial para mulheres trans reconhecendo as particularidades desta parcela da população.</i>
3.(Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Desmilitarização da polícia militar.
ALTERAÇÃO OU MANTER: ALTERAR
<i>Reformulação na formação dos agentes de segurança pública, no preparo e controle das condutas a fim de evitar infrações disciplinares nas periferias, contra população preta, pobre, lgbt, etc bem como contra mentalidades antidemocráticas e inconstitucionais.</i>
4.(Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Promover o treinamento nas equipes policiais para abordagem adequada e acolhimento apropriado das vítimas.
ALTERAÇÃO OU MANTER: SUBSTITUIR
<i>Melhoria das condições de trabalho dos agentes de segurança pública, com a</i>

obrigatoriedade das câmeras corporais durante o serviço, para prevenção de infrações administrativas e proteção dos agentes em serviço, garantindo a transparência e proteção dos agentes e cidadãos; bem como promover políticas de acesso e acompanhamento periódico de saúde mental dos agentes.

5. (Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Desmilitarização por meio da formação humanitária, comunitária e da comunicação não violenta da GCM com foco no combate à violência de gênero, étnico racial, classe, diversidade sexual e todas as demais coordenações que compõem a Secretaria de Direitos Humanos.

ALTERAÇÃO OU MANTER: SUBSTITUIR

*Criação de comissão mista de avaliação e controle da segurança pública;
Institucionalização de uma metodologia de controle de dados referentes a segurança pública para instrumentalizar o controle às infrações.*

6. (Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Promover e fortalecer as medidas de justiça restaurativa e mediação de conflitos, em detrimento de uma política de morte e encarceramento em massa da juventude.

ALTERAÇÃO OU MANTER: ALTERAR

Promover e fortalecer as medidas de justiça restaurativa e mediação de conflitos, em detrimento de uma política de morte e encarceramento em massa da juventude, através do aumento de efetivos nas defensorias públicas que possam organizar mutirões para a revisão de penas e condenações prescritas, superar o estado de coisas inconstitucionais nos presídios, definir metas de desencarceramento e acompanhar processos licitatórios dos presídios para fiscalização do cumprimento e denúncia das condições, por uma prestação de contas mais rigorosa.

7.(Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Promover e direcionar todos os esforços às autoridades públicas para combater o genocídio da população negra no Brasil.

ALTERAÇÃO OU MANTER: ALTERAR

Promover e direcionar todos os esforços às autoridades públicas para combater o genocídio da população negra no Brasil, através da inclusão obrigatória de formações antirracistas, e de direitos humanos a todos os agentes de segurança pública, com agravamento de pena aos agentes infratores.

8. (Eixo XI - Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça) - Promover uma

política de descriminalização e desencarceramento. Liberdade pra Lula, Renan da Penha e todos os presos políticos

ALTERAÇÃO OU MANTER: SUBSTITUIR

Promover e direcionar todos os esforços às autoridades públicas para descriminalizar o aborto no Brasil, através da inclusão de políticas que garantam o aborto legal, seguro e acessível; bem como formações humanizadas a todos os agentes públicos em todos os espaços de abordagem, acolhimento, e cuidado da integridade da mulher.

MOÇÕES

- 1.
- 2.
- 3.